

CONCLUINDO...

O objectivo principal que orientou a presente tese de doutoramento foi o de investigar os diferentes modos de construir o lugar dos filhos nas famílias portuguesas e assim contribuir para ultrapassar a ideia, de certa forma vigente, de um modelo procriativo único que se consolidou nas sociedades ocidentais contemporâneas. Trata-se de uma concepção que se consubstancia, resumidamente, na uniformidade tanto das práticas e representações no campo da procriação, como do significado atribuído à criança no quadro da vida familiar.

Num trabalho anterior (Cunha, 2000), já tínhamos eleito a fecundidade das famílias enquanto ponto de observação do lugar da criança e a escolaridade feminina enquanto filão explicativo da diversidade observada. No presente trabalho avançámos nesta linha de investigação, procurando perceber de que forma a classe social e a relação das mulheres com o mercado de trabalho, para além da escolaridade, influem nas representações e nos comportamentos no campo da fecundidade. Mas também trilhámos um novo caminho, procurando conhecer o leque variado de significados de que os filhos se revestem no âmbito da vida familiar, a partir das funções (simbólicas e práticas) que eles detêm e que neles são valorizadas, e assim questionar a ideia de que sobre os filhos recaem tão-somente expectativas de afeição. Mapeada a diversidade, procurámos então dar conta do modo como aquelas variáveis de natureza macrossocial também estruturam as constelações de significados positivos atribuídos aos filhos, bem como a realidade da participação dos filhos na esfera produtiva, que pode ser observada tanto no espaço doméstico como no profissional.

O desenvolvimento do trabalho empírico resultou, fundamentalmente, deste duplo objectivo: interpelar o modelo procriativo único e apreender os modos distintos de construir o lugar dos filhos à luz dos contextos sociais das famílias. Mas também nos interessava conhecer o sentido das mudanças, já que a tematização do lugar da criança na agenda das ciências sociais – resultante, em grande medida, da constatação das transformações ocorridas nas últimas décadas – tem privilegiado uma perspectiva de ruptura: ruptura *quantitativa*, que opõe a família inevitavelmente prolífica do passado, à família intencionalmente restrita dos nossos dias; mas também ruptura *qualitativa*, que opõe as relações familiares centradas na sobrevivência instrumental, às relações centradas no bem-estar afectivo. Ora, um segundo desafio da pesquisa consistiu, portanto, em dar conta das mudanças que o tempo social tem vindo a imprimir na fecundidade e nas funções e assim apreender as linhas de ruptura, mas também as de continuidade, no lugar dos filhos nas famílias portuguesas. A coorte de entrada na

maternidade foi o indicador que adoptámos com esse fim, não só porque se prende directamente ao objecto em análise, como cruza um período rico em mudanças a este nível na sociedade portuguesa: do início dos anos 70 a meados dos anos 90.

Para o desenho final da dissertação contribuiu também, e de forma decisiva, o interesse que os dados empíricos foram suscitando. À medida que avançávamos na análise dos resultados impuseram-se novas interrogações. Não pudemos dar resposta a todas, até pelos limites da inquirição realizada. Mas abraçámos, mesmo assim, um desafio, do qual resultou um novo capítulo empírico que procurou lançar pistas para a compreensão de uma realidade específica do lugar dos filhos na família: a realidade em franco crescimento da descendência de filho único, cuja falta de correspondência com as representações no campo da fecundidade urge interpretar.

Feita uma breve apresentação do desenho e dos objectivos fundamentais da pesquisa, passemos em revista os principais resultados e conclusões.

I. O retrato matizado do lugar dos filhos nas famílias portuguesas: interpelando o “modelo procriativo único”

Retrato(s) da fecundidade

A imagem da fecundidade portuguesa que, nos anos mais recentes, tem sido devolvida pelas estatísticas demográficas e pelos inquéritos aos valores aponta para uma certa uniformidade dos comportamentos e das representações neste campo. Trata-se de uma perspectiva que quisemos discutir, exactamente porque pensamos que a realidade é mais heterogénea do que aparenta e que nela coexistem diferentes modos de conceber e pôr em prática os projectos procriativos. Com essa meta partimos para a abordagem da **fecundidade**, entendida aqui não em sentido estrito, demográfico, mas em sentido amplo, integrado e sociológico. De facto, tivemos em linha de conta quatro dimensões de análise – **as aspirações, as representações, as práticas e as tensões** –, a partir das quais procurámos produzir um retrato mais matizado da fecundidade das inquiridas.

Quando revisitamos os resultados obtidos, há um, do universo das aspirações, que se impõe de imediato: a evocação da vontade de ter filhos. Este é, sem dúvida, o dado mais aglutinador da fecundidade, pois foram realmente poucas as inquiridas que traçaram um projecto de vida sem filhos. É certo que estamos perante uma população de mulheres-mães, podendo haver alguma dificuldade em assumir que já se teve um

projecto de onde a maternidade estava ausente¹⁶⁷. Mas também é verdade que não deixa de ser um retrato da ampla aspiração à procriação. Tal como concluíram outros estudos, a “infertilidade voluntária” surge aqui como opção marginal e revela-se uma decisão inconsistente, que resulta mais da preocupação com o bem-estar da criança do que de uma preocupação de cariz hedonista (Houseknecht, 1987; Toulemon, 1995; Cunha, 2000).

Se este é, sem dúvida, um traço uniformizador, um olhar mais atento para os contornos das aspirações permitiu dar conta da existência de dois modos distintos de formular o **projecto** (procriativo) **inicial**. Num deles, onde se incluem cerca de um terço das inquiridas, o projecto é expresso de forma vaga. Elas eram receptivas à ideia de ter filhos, mas não sabiam de antemão quantos queriam ter¹⁶⁸. No outro, onde se encontram as restantes, o projecto tinha previamente uma dimensão definida. Havia, portanto, um ideal inicial, uma descendência que planeavam concretizar, numa altura em que ainda não havia filhos. Esta precocidade do desenho da descendência é um dado interessante em si mesmo, pelo que revela não só da centralidade da maternidade na construção dos projectos pessoais, de tal forma que está muitas vezes dissociado de um projecto conjugal (Almeida, 2004), como da interiorização da possibilidade real de decidir nesta matéria, que é cúmplice, sem dúvida, do recurso mais generalizado a uma contracepção moderna (idem, INE, 2001). Tanto mais que este poder de decisão se liga a um **ideal inicial** tendencialmente contido, muito polarizado na descendência de dois filhos e que raramente vai além de três.

Mas que leitura podemos fazer desta homogeneidade contida do ideal inicial, se de uma aspiração pessoal se trata? A resposta deve ser deduzida da confrontação com o **ideal abstracto**, indicador que, ao reenviar para o universo das representações, nos devolve o imaginário social dominante nesta matéria. Ancorado em três traços fortes – centralidade da criança para a ideia de família (apenas 3 inquiridas disseram que o número ideal de filhos numa família é zero), recusa das descendências de filho único e recusa também das numerosas – o ideal abstracto oscila, então entre dois e três filhos, embora com a tónica bem colocada no primeiro cenário. Daqui concluímos que as aspirações iniciais são, antes de mais, normativas, no sentido em que há uma procura de

¹⁶⁷ Numa investigação sobre a vida familiar no masculino, em que são entrevistados homens-pais, vários assumiram que, enquanto jovens, não pensavam ter filhos. Trata-se de um dado interessante, que importa conhecer melhor, de modo a compreender as diferenças de género a este nível (Wall, 2006).

¹⁶⁸ Esta indefinição tinha, por sua vez, dois fundamentos: a “naturalização da maternidade” e a “maternidade sob condição” (Cunha, 2000).

conformidade em relação ao modelo vigente. Mas reflectem, igualmente, o balanço entre esse modelo e as possibilidades concretas para passá-lo à prática. A diminuição das descendências de três filhos, a par do aumento das de dois e, mais ainda, das de filho único, são o resultado de uma “matemática” onde pesam os custos, entendidos em sentido lato, inerentes à procriação.

No que toca às **descendências actuais** – que são as finais para 9 inquiridas em 10, pelo menos a nível das intenções à data da inquirição – destaca-se, antes de mais, a diluição da “norma dos dois filhos” quer em relação ao ideal inicial quer em relação ao abstracto. De facto, embora mais de metade das inquiridas tenham uma descendência desse tipo, quase um quarto ficam, afinal, pelo filho único. Trata-se de um dado que destoa muito das representações das inquiridas, que afastam claramente este cenário. Mas também das suas aspirações, se pensarmos que o ideal inicial corresponde já, muitas vezes, a um exercício de restrição. Quanto às descendências de três e de quatro e mais filhos, só em conjunto se aproximam, em termos de peso na amostra, das descendências de filho único. Mas se estes resultados parecem denunciar um quadro de crescente contenção à medida que nos avizinhamos do universo das práticas concretas, um olhar mais atento para as descendências de três filhos deixa adivinhar uma outra realidade que convive com a anterior, a dos filhos “a mais”. Sendo ligeiramente mais frequentes do que nos ideais iniciais, as descendências de três filhos parecem indicar a existência de algum planeamento familiar ainda ineficaz. No entanto, sendo o ideal abstracto de três filhos ainda frequente, podemos estar também em presença de “acidentes” que são, afinal, desejados e bem-vindos. Trata-se, obviamente, de uma ilação que carece de confirmação com estudos mais minuciosos.

Ora, se há uma conclusão a tirar deste confronto entre ideais e descendências, é a da dissonância crescente das representações para as aspirações iniciais e destas para as práticas. Registou-se um exercício de sucessivos ajustamentos, que pareceram partir de representações orientadas para dois ou três filhos, passando por aspirações centradas em dois filhos e que desembocaram em descendências de filho único ou de dois filhos. Procurámos dar conta deste processo de modo mais sistemático, com o objectivo de conhecer um pouco melhor esta dimensão da fecundidade das famílias que tem sido pouco equacionada. Por conseguinte, olhámos para as **tensões** resultantes dos desfasamentos entre ideais e entre ideais e descendências, o que permitiu reter e quantificar três cenários: o da ausência de tensão; o da tensão por defeito; e o da tensão por excesso. O que constatámos foi que onde a ausência de tensão é mais frequente é

entre o ideal abstracto e o ideal inicial. Isto significa que grande parte das inquiridas (6 em 10) aspiram inicialmente constituir uma descendência em conformidade com o modelo que idealizam em termos abstractos. Mas para cerca de 3 em 10, as aspirações iniciais são já palco de uma tensão por defeito, na medida em que equacionam “filhos a menos”. Por outro lado, onde a conformidade é menor é entre o ideal abstracto e a descendência actual, pois apenas cerca de 4 inquiridas em 10 reproduziram o modelo. As restantes estão, assim, sujeitas a alguma forma de tensão: a maioria está sujeita a uma tensão por defeito, pois estamos perante “filhos a menos”; mas não deixa de ser expressivo o número de inquiridas que estão sujeitas a uma tensão por excesso, i.e., que têm “filhos a mais” (17%). Não há dúvida que este resultado em concreto levanta novas questões que se prendem com outra dimensão da fecundidade, que é a do planeamento familiar ou a falta dele.

Em relação ao **planeamento dos nascimentos**, se bem que apenas analisámos um indicador aproximativo – se cada nascimento foi planeado ou “acidental” –, o que não permitiu conhecer os comportamentos contraceptivos das inquiridas¹⁶⁹, foi possível, assim mesmo, chegar a resultados interessantes. O primeiro é que o planeamento divide a amostra a meio: quase metade das inquiridas planearam todos os nascimentos e as restantes tiveram pelo menos um nascimento não planeado. Ora, isto significa que o recurso a uma contracepção moderna como forma de intervir activamente na carreira reprodutiva está longe de ser um dado adquirido na sociedade portuguesa. De facto, a adopção de práticas contraceptivas arcaicas e a utilização pouco eficiente dos métodos mais fiáveis, aliadas a um desejo procriativo racionalmente reprimido ou mesmo uma certa abertura para acolher uma gravidez indesejada, serão certamente os “ingredientes” que estão a mediar neste quadro. Esta conclusão sai reforçada quando constatamos outro resultado: apenas os dois primeiros nascimentos são amplamente planeados; a partir do terceiro, o “acidente” passa a ser a norma. Ora, os “acidentes” na carreira reprodutiva, independentemente das causas e motivações que encerram, são sem dúvida responsáveis por grande parte das descendências numerosas. Isto não significa que seja regra sem excepção, pois há efectivamente descendências de três, e mesmo de quatro e mais

¹⁶⁹ Como explicitámos oportunamente, tivemos necessidade de proceder a uma economia de perguntas no guião do questionário, pelo facto de se tratar do instrumento de trabalho de um projecto de investigação com objectivos mais vastos (Wall, 2005a). Por conseguinte abdicámos de um conjunto de questões relacionadas com o planeamento familiar, nomeadamente o recurso à contracepção e à IVG, na medida em que em 1997 o INE tinha lançado um grande inquérito de âmbito nacional, a mulheres e a homens em idade fértil, em que estas questões eram abordadas em detalhe (INE, 1998/2001). Estes dados foram posteriormente analisados (Almeida et al., 2002) e serviram mesmo de mote a uma pesquisa intensiva sobre saúde reprodutiva (Almeida, 2004).

filhos, em que todos os nascimentos foram planeados. Do mesmo modo que também há “acidentes” em descendências de um e de dois filhos. Mas, como a exceção não invalida a regra, o que sobressai é, então, a tendência para a constituição das descendências ocorrer em duas etapas: a primeira, mais *activa*, em que o primeiro nascimento ou os dois primeiros são planeados; e a segunda, mais *passiva*, em que um ou mais “acidentes” vêm confluir em fratrias mais numerosas.

Do **calendário da fecundidade** destaca-se um traço predominante que é a precocidade da entrada na maternidade. O primeiro filho nasceu frequentemente entre os 20 e os 29 anos, com o pico modal entre os 20 e os 24 (metade da amostra). E a maternidade na adolescência (até aos 19 anos) foi ligeiramente mais frequente do que a tardia (a partir dos 30 anos). A marcar este traço da fecundidade estão, sem dúvida, duas características da sociedade portuguesa: a centralidade da criança nos processos de construção identitária (Lalanda, 2003/2005; Wall, 2003/2006); e o predomínio dos baixos recursos escolares. Mas os filhos entram cedo não só no ciclo de vida pessoal como também no familiar, já que dois terços dos nascimentos tiveram lugar antes do casal completar três anos de vida em comum. Se tivermos em mente que o primeiro nascimento é o mais planeado (7 em 10), compreendemos que esta intencionalmente rápida transição para a parentalidade é cúmplice do papel-chave da criança na concretização do projecto familiar, pois é ela que é portadora da ideia de família, que “parentifica” (Bourguignon, 1987) e que tem o poder de transformar o casal em família (Barthélémy, 1986; Wall, 2003). Não obstante, há também cerca de um terço de casais que viveram mais tempo sem filhos (3 e mais anos), sinal de que para eles a conjugalidade é “auto-suficiente” (Leridon, 1987 em Bourguignon, 1987) e que a vinda da criança, se bem que desejada, pode esperar algum tempo.

Em relação aos intervalos entre nascimentos, verificámos que o segundo filho nasce em média 5 anos após o primeiro, em resultado de duas tendências com pesos semelhantes: separar estes nascimentos em 2-4 anos e em 5-9 anos. Ora, se a primeira aponta para uma tentativa de aproximá-los, eventualmente de forma a possibilitar uma maior afinidade entre irmãos ou a concentrar a maternidade activa e o trabalho a ela associado, o espaçamento da segunda parece encerrar outras considerações, como a necessidade de não concentrar custos e criar novas condições para o acolhimento de outra criança. O que é certo é que o segundo filho já não ocorre tão prontamente como o primeiro – pois são poucas as situações de filhos “rasteirinhos” –, nem costuma ser adiado para lá dos 9 anos. Aliás, estes intervalos muito curtos e muito longos parecem

apontar, de algum modo, para uma falência da contracepção: a primeira, mais no sentido de antecipar a vinda de outro filho; a segunda, mais no sentido de redimensionar uma descendência que já se pensava definitiva.

É também de 5-9 anos, o intervalo mais frequente entre o primeiro e o último nascimento (quase metade da amostra). E há ainda um conjunto expressivo de inquiridas (praticamente 3 em 10) que tiveram o último filho até 4 anos depois do primeiro. As carreiras reprodutivas são, então, concentradas, ocupando poucos anos do período fértil da mulher, comparativamente às longas carreiras reprodutivas que marcavam a paisagem da fecundidade portuguesa ainda há umas décadas atrás. Foi, portanto, relativamente cedo que as inquiridas tiveram o último filho destacando-se, com pesos idênticos, a faixa etária dos 25-29 anos e a dos 30-34 anos. Este quadro decorre, naturalmente, tanto da prevalência das descendências mais contidas sobre as mais numerosas, como dos intervalos mais frequentes que medeiam dois nascimentos seguidos (sobretudo o primeiro do segundo), como ainda da tendência para a precoce entrada na maternidade. Não obstante, há mesmo assim um conjunto significativo de inquiridas que tiveram carreiras reprodutivas longas, em que o último nascimento teve lugar 10 e mais anos depois do primeiro (quase um quarto da amostra), o que aponta, sem dúvida, para a existência de quadros reprodutivos de contornos mais tradicionais, apesar das profundas mudanças que a fecundidade portuguesa tem protagonizado nas últimas décadas. Mas também há que equacionar outros factores que podem influir no calendário da fecundidade – seja no intervalo entre o início da conjugalidade e o primeiro nascimento, seja nos intervalos entre nascimentos – e que não foram tidos em conta nesta investigação. Falamos do impacto da recomposição familiar, mas também da crescente dificuldade em engravidar em idades mais tardias, cenário cuja tendência é para aumentar face ao adiamento das diversas etapas da constituição da vida familiar. Os intervalos mais longos poderão, por isso, ter outras explicações. Importa, portanto, conhecer com mais rigor os mecanismos e as motivações que presidem à construção dos diversos calendários da fecundidade, não esquecendo o papel do “relógio biológico”, cuja visibilidade social resulta dos constrangimentos e dos desafios que vem colocar à fecundidade tardia das sociedades contemporâneas, nomeadamente os de natureza médica.

Se o retrato da fecundidade feminina a que chegámos apresenta traços fortes, ele também faz luz, sem dúvida, sobre os modos distintos de conceber e concretizar os projectos procriativos. As margens de manobra mais ou menos estreitas em que se

desenvolvem as aspirações e as representações neste campo permitem, assim mesmo, cenários distintos, quando não marginais: não querer ter filhos ou ter dúvidas a esse respeito; valorizar como modelo uma família de filho único ou mesmo sem filhos; desejar para si uma descendência numerosa de 6, 7 ou até mesmo 10 filhos. Mas se a normatividade social é, de facto, a regra – querer ter filhos e idealmente dois – ela não redundará em comportamentos uniformes e sim variados, quer a nível do planeamento e dos calendários da fecundidade, quer a nível das descendências. Esta diversidade de práticas resulta muitas vezes na concretização dos ideais de fecundidade. Mas com frequência também se traduz em filhos “a mais” ou “a menos”, o que alerta para as tensões que atravessam este terreno, afinal tão permeável e dinâmico, que é o da fecundidade das famílias.

Retrato(s) das funções dos filhos

Com objectivos idênticos – abraçar a diversidade – partimos para a abordagem das **funções** dos filhos na família, pois estávamos convencidos de quão redutora é a ideia de que sobre a criança recaem apenas expectativas afectivas, ideia essa que resulta, em grande medida, da articulação de várias tendências: as transformações a nível do tecido social e produtivo, que foram responsáveis pela expulsão da esfera profissional do espaço doméstico e da criança do universo da produção; o processo histórico de sentimentalização da vida familiar, que tem a criança como protagonista; e as conquistas reais no domínio do planeamento familiar, no sentido de transformar a reprodução de fatalidade em escolha. Deste modo, procurámos conhecer as diferentes funções de que os filhos são portadores no quadro da vida familiar, funções não só de natureza **afectiva**, mas também **expressiva**, **estatutária** e **instrumental**. Com esse fim, analisámos o universo **simbólico** das inquiridas, de modo a perceber que funções elas atribuem aos e valorizam nos filhos. Mas também quisemos conhecer as **práticas**, e mais concretamente aquelas que dão conta da manutenção de uma certa instrumentalidade dos filhos na vida familiar. Entrámos, por conseguinte, no domínio da participação de filhos e filhas na esfera produtiva, seja no trabalho doméstico, seja no profissional.

A primeira observação vai para o **primado da dimensão afectiva** sobre todas as outras na construção simbólica do lugar dos filhos: a importância de que se revestem na vida pessoal e familiar das inquiridas reside, antes de mais, nas funções desta natureza

que preenchem. Quando questionadas sobre as duas funções que na altura valorizavam especialmente nos filhos, mais de 9 inquiridas em 10 indicaram pelo menos uma desta dimensão, sendo que um pouco mais de metade indicaram mesmo duas. Mas apenas três das quatro funções nela incluídas são responsáveis por este quadro densamente afectivo: a **simbólica de coesão conjugal**, os filhos enquanto espelho do amor do casal; a **afectiva extrema**, os filhos enquanto reduto afectivo; e, acima de todas, a **afectiva** propriamente dita, ou seja, os filhos como fonte de alegria. Das 14 funções por nós sugeridas esta é, indiscutivelmente, a função primeira dos filhos na ordem simbólica das inquiridas. Em contrapartida, a **função afectiva alargada** revelou-se uma preferência menor, o que nos leva a concluir que tem um estatuto diferente das outras assente, porventura, na sua faceta “altruísta”, mais voltada para o exterior, já que aqui a criança é importante pela gratificação que proporciona, não à mãe, não ao casal, mas a parentes exteriores à família conjugal, como os avós ou os tios.

Outro resultado interessante, quando temos em conta as duas funções dos filhos mais valorizadas, diz respeito ao modo como aquelas três se ligam entre si, bem como com as funções extrínsecas à dimensão afectiva. Se há um par que prevalece sobre todos os outros (um terço das respostas vai nesse sentido), ele é, sem dúvida, o que **combina a função afectiva com a simbólica de coesão conjugal**: as alegrias que os filhos proporcionam cruzam-se aqui com o seu papel no enaltecimento da relação conjugal. Já o segundo par mais frequente (que representa apenas 13% das respostas) parece indiciar justamente o oposto. De facto, a **combinação das funções afectiva e afectiva extrema** dá conta da grande responsabilidade que, em algumas famílias, recai sobre os filhos no campo sentimental. Estamos em crer que este «único amor que dura para toda a vida», que são os filhos, não será de todo alheio a um certo desencantamento em relação à vida conjugal. Esta função tem ainda outra particularidade, que é a de se ligar exclusivamente a funções da mesma dimensão, como se só fizesse sentido nesta atmosfera densa de afectos. Logo, **apenas as funções afectiva e simbólica de coesão fazem par com funções de outra natureza**, aliando, então, a dimensão afectiva à dimensão estatutária, instrumental ou expressiva.

A dimensão afectiva tem, assim, uma centralidade ímpar quando se trata de eleger o núcleo mais restrito de funções-chave, o que conduz a uma representação muito normativa do lugar dos filhos. Trata-se de um traço bastante aglutinador, que parece não ter espaço para outros significados atribuídos aos filhos. Mas o facto é que 41% das inquiridas associaram uma função da dimensão afectiva (nomeadamente a afectiva ou a

simbólica de coesão) a uma estatutária (19%), instrumental (12%) ou expressiva (11%); e houve ainda uma pequena minoria (4%) que não referiu qualquer afectiva nas duas mais importantes. Há, portanto, que conhecer estas margens de diversidade.

Quando as inquiridas valorizam a dimensão instrumental, trata-se, sobretudo, da **função de solidariedade emocional**. É, aliás, a função mais frequente a seguir às três afectivas (11% das inquiridas a referiram como uma das duas mais importantes), o que significa que há, na sociedade portuguesa, esta expectativa de apoio a longo prazo. Mas já não se trata de um apoio material, no sentido em que os filhos têm a obrigação de cuidar e mesmo de sustentar os pais na velhice ou nas dificuldades, como paga dos cuidados recebidos na infância. No entanto, a ideia de dever ainda lá está: o dever de estarem sempre presentes, o dever de serem um apoio moral para toda a vida, em suma, o dever de amar incondicionalmente os pais. Trata-se de um resultado muito interessante, que corrobora outros encontrados em inquéritos recentes a valores (Almeida, 2003).

Na dimensão estatutária são duas as funções valorizadas: a **de mobilidade social** (10%) e a **identitária** (9%). Numa sociedade ainda marcada pelas fracas qualificações escolares e profissionais, não é de estranhar esta vontade de promoção social dos filhos, este “sonho” de vê-los a protagonizarem as trajectórias ascendentes que não estiveram ao alcance dos pais. Como sintetizou Singly: “Ces deux dimensions ne sont pas incompatibles: l’enfant peut être object à la fois d’affection et d’ambition” (1993, p.21). Por outro lado, os filhos são um elemento-chave na produção de uma imagem pessoal gratificante: “ser mãe” é uma identidade positiva e grande fonte de realização (Lalanda, 2003/2005), aliás, tal como “ser pai” (Wall, 2006).

Por fim, na dimensão expressiva é referida a **função de papel** (7%), bem como a **de sociabilidade lúdica** (4%). O prazer que se retira das actividades quotidianas que os filhos implicam ou da camaradagem partilhada tem, então, lugar de destaque na ordem simbólica destas inquiridas.

A verdade é que o retrato das funções fundamentais dos filhos a que chegámos – que tem no âmago a dimensão afectiva, em torno da qual gravitam (ou não) funções de outra natureza – contribui para reforçar e não para modificar a ideia firmada da criança como “bem de consumo afectivo” (Becker, 1960). Conhecer o que está para lá deste quadro restrito de expectativas de afeição, de modo a ter uma imagem mais esclarecida acerca das funções dos filhos que são socialmente valorizadas, implicou adoptar uma perspectiva aberta, em que foram recenseadas todas as funções consideradas

importantes pelas inquiridas. Ora, o que concluímos é que **a maioria das funções é amplamente reconhecida, o que significa que sobre os filhos recaem, afinal, muitas expectativas e não apenas uma ou duas da dimensão afectiva.** De facto, tão consensual como esta (se não mesmo mais) é a **dimensão expressiva**, pois apresenta valores acima dos 96% em todas as suas funções, incluindo na **socializadora** – os filhos enquanto promotores de saberes que enriquecem a vida familiar. São funções que apontam para uma interacção quotidiana gratificante e mais democrática na relação entre pais e filhos. Também geralmente valorizada é a **dimensão estatutária**. Mas se o destaque vai, de facto, para a **função identitária**, as **funções de linhagem e de aquisição de autoridade** também são importantes para um conjunto significativo de inquiridas, revelando que as ideias de sucessão e de poder ainda têm pertinência na sociedade portuguesa e não se contrapõem necessariamente às anteriores. Por fim, a dimensão menos importante para as inquiridas é, então, **a instrumental**, com valores que oscilam entre 75%, no caso da **função de solidariedade emocional**, 65%, no caso da **de solidariedade material**, e 40%, no caso da **produtiva**. Contar com o apoio económico e assistencial a longo prazo ou, mais ainda, com a cooperação na esfera produtiva no imediato são, então, realidades que dão sinais de estar a recuar na paisagem portuguesa.

A grande concordância em redor das funções afectivas, expressivas, bem como da identitária conduziu a uma conclusão inevitável: em conjunto, elas constituem a **base comum** do lugar dos filhos nas famílias contemporâneas. E trata-se de um dado de tal modo uniforme e transversal, que não assinala qualquer clivagem. Mas esta conclusão ainda saiu reforçada após darmos conta de outro resultado interessante: a associação significativa entre metade das funções mapeadas, precisamente as que se revelaram um pouco menos consensuais. Falamos das **funções produtiva, de solidariedade material, de solidariedade emocional, de aquisição de autoridade, de mobilidade social, de linhagem** e, também, da **afectiva alargada**. Ora, o que as aproxima de forma significativa é o facto de pertencerem ao panorama tradicional do lugar dos filhos na família, assim como foi descrito na literatura sociológica e não só (Ariès, 1960; Bassand e Kellerhals, 1975; Hoffman e Hoffman, 1973). O **grau de adesão a esta dimensão tradicional** revelou-se um indicador-chave para pulverizar a realidade do lugar dos filhos, que é, afinal, bem mais diversificada do que aquele quadro normativo dá a ver. O cenário mais frequente é, assim, o da **adesão forte**, na medida em que mais de metade das inquiridas valorizam 6 ou mesmo as 7 funções dessa dimensão. Mas houve também

quem tivesse revelado uma **adesão média** (mais de um quarto) ou até **fraca** (menos de um quinto). Em suma, é na intersecção destas tendências díspares – a unanimidade em torno de algumas funções, fundamentalmente afectivas e expressivas, e a heterogeneidade em relação a outras, mais de natureza estatutária e instrumental (e que traduzem, no fim de contas, um quadro de expectativas mais tradicionais) – que se produz o lugar dos filhos na ordem simbólica das inquiridas.

Deste universo de valores, houve uma expectativa em concreto que deu o mote para investigar as funções dos filhos no terreno das práticas. Referimo-nos, como é sabido, à **função produtiva**. Trata-se da função que traduz a concepção tradicional do valor dos filhos, assente no seu contributo instrumental em prol da família, e que entrou em franca regressão nas sociedades ocidentais do século XX, ao ser substituída pela concepção contrária: os filhos enquanto consumidores dos recursos familiares; enquanto “bens de consumo afectivo”. Ora, da lista de 14 funções que colocámos à consideração das inquiridas, esta foi, de facto, a menos incluída no leque das funções importantes, a uma grande distância de todas as outras. Mas ao isolá-la das restantes, e do maior consenso que geram, fomos impelidos a reformular a observação: **ainda são quatro inquiridas em dez, aquelas que valorizam a função produtiva dos filhos**; para elas, os filhos são importantes nas suas vidas porque «são uma ajuda em casa e no trabalho». Mas ao sublinhar este resultado, e não outro mais unânime, não quisemos contrapor famílias “instrumentais” a famílias “afectivas”, contraposição que rejeitamos em pleno. Pelo contrário, procurámos revelar como, na sociedade portuguesa contemporânea, a função produtiva ainda tem sentido num quadro da coabitação de diferentes valores.

De modo a perceber como este apreço pela dimensão instrumental do lugar dos filhos tem correspondência com o quotidiano das famílias averiguámos, em separado, a sua participação em duas esferas clássicas da produção da vida familiar: na **doméstica**, ou seja, no desempenho das tarefas domésticas; e na **profissional**, através da ajuda monetária (nas despesas do agregado) ou da contribuição em mão-de-obra (no negócio ou na exploração familiar).

Na esfera doméstica, um indicador interessante prende-se com **o tipo de divisão das tarefas que as inquiridas procuram promover junto dos filhos**: cerca de dois terços procuram ter alguma ajuda dos filhos na realização das tarefas. Trata-se de uma **norma de partilha atenuada**, o que significa que aqueles são chamados a participar na condição de ajudantes e não de verdadeiros pares. O trabalho doméstico não é, então, para a maioria das famílias, uma atribuição primeira dos filhos e sim do casal ou mesmo

só da mulher. No entanto, esta norma coexiste com outras duas atitudes – a de poupar os filhos às tarefas domésticas e a de promover uma partilha igualitária –, o que revela, afinal, modos bem distintos de encarar o papel que compete aos filhos na produção doméstica. Mas se cerca de oito inquiridas em dez têm, de facto, algum tipo de expectativa (seja de partilha atenuada, seja igualitária), já **a participação dos filhos fica bastante aquém, pois só é uma realidade em um quarto das famílias**. E quando detalhamos os contornos dessa participação, concluímos que é consentânea com o papel secundário que, regra geral, lhes é atribuído. Por um lado, são poucas as tarefas que fazem sempre ou muitas vezes. O cenário mais comum é fazerem apenas uma ou duas. Por outro lado, é pouco frequente terem autonomia no seu desempenho, i.e., serem os únicos responsáveis por uma dada tarefa, pois costumam dividi-las com outras pessoas do agregado. Já o leque de tarefas em que participam é variado. As mais habituais são a limpeza da casa, a loiça, as refeições e o tratamento da roupa – justamente aquelas que os pais-homens menos asseguram¹⁷⁰ -, mas também as pequenas reparações e a ajuda que prestam aos irmãos nos trabalhos escolares. Aliás, nos poucos casos em que assumem sozinhos o desempenho de uma tarefa, uma das mais relevantes é este acompanhamento dos percursos escolares dos irmãos¹⁷¹.

Quanto à participação na esfera profissional, 15% das famílias têm filhos que trabalham ou ajudam na empresa familiar¹⁷². Na maioria dos casos trata-se apenas de um filho, em regra o mais velho, mas também há casos de dois ou mesmo de mais filhos que estão nessa situação. E cerca de metade destas famílias (7% da amostra) conta com o seu apoio económico, o que significa que estamos perante dois cenários distintos mas com pesos idênticos: famílias em que os filhos trabalham, têm rendimentos próprios e contribuem de algum modo para as despesas do agregado; e famílias em que aqueles trabalham, têm rendimentos, mas não contribuem. São, sem dúvida, duas modalidades

¹⁷⁰ Seria interessante perceber as lógicas de substituição/complementaridade entre os vários actores em presença no trabalho doméstico, tanto mais que é uma arena da vida familiar que tem sido analisada de uma perspectiva conjugalocêntrica. Não tivemos oportunidade de avançar nessa linha, nem esse foi o nosso objectivo. Mas fica aqui um desafio para futuros trabalhos sobre a divisão do trabalho doméstico.

¹⁷¹ O que atribuímos ao grande fosso entre os percursos escolares de pais e filhos. Os irmãos mais velhos tornam-se, assim, os elementos do grupo doméstico mais habilitados para acompanharem a escolarização dos mais novos.

¹⁷² Por razões que se prendem com os critérios da amostra – ter pelo menos um filho em idade escolar -, a maior parte das famílias têm, então, os filhos a frequentar o sistema de ensino. De facto, quando temos em conta a ocupação de todos os filhos e enteados co-residentes com 6 e mais anos vemos que mais de 80% destas crianças e destes jovens estão a estudar. Já a condição de trabalhador-estudante é muito residual, revelando um sistema de ensino e um mercado de trabalho que funcionam mais em alternativa do que em parceria na formação dos jovens. E há ainda uma pequena franja que está fora tanto do mercado de trabalho como do sistema de ensino, consubstanciando situações de eventual exclusão social.

distintas de co-residência com filhos activos, com significados e consequências bem diferentes, tanto para os jovens como para as famílias. Outro dado interessante é que nem todos os filhos que trabalham ou ajudam na empresa familiar têm rendimentos. De facto, estimam-se em 15% as famílias que, tendo pelo menos um filho activo, este não auferir qualquer rendimento. Representando tão-somente 2% de todas as famílias da nossa amostra é, contudo, um reduto de mão-de-obra filial não remunerada. **A ajuda económica e a mão-de-obra são, por conseguinte, as duas facetas da contribuição instrumental dos filhos no âmbito da esfera profissional. Isoladas ou articuladas estão presentes em 10% das famílias inquiridas.**

Finalmente, o indicador de síntese que permitiu cruzar a informação respeitante às duas esferas da produção, deu a conhecer o peso da contribuição instrumental dos filhos nas famílias inquiridas: **em cada dez famílias, três têm, de facto, algum tipo de contribuição instrumental.** Se na maioria dos casos é unicamente de ordem doméstica (21%), também há situações em que é exclusivamente económica e/ou em mão-de-obra (5%) e ainda em que é de **ambos os tipos** (5%).

O impacto das características da descendência nas funções dos filhos

Mas para aprofundar o conhecimento desta realidade sentimos necessidade de incorporar na reflexão outra interrogação, relativa ao modo como **as características da descendência – como a idade, o sexo ou a dimensão – ainda modelam as atribuições instrumentais dos filhos no quadro da vida familiar.** Com efeito, se é sobejamente conhecida a relação entre estas características e o conjunto de deveres e direitos que nas sociedades tradicionais cada filho era detentor (Wall, 1998a), o ideal da igualdade (cúmplice do primado dos afectos) marca hoje representações e discursos sobre o lugar dos filhos na família, ofuscando a importância que as características da descendência ainda detêm em domínios como este. O indicador de síntese mostrou de forma categórica o impacto daquelas variáveis. Porém, **enquanto que a contribuição global aumenta mais acentuadamente com o número de filhos e com a idade do mais velho do que com o género, esta variável marca o tipo de contribuição instrumental, com as filhas a assegurarem mais o trabalho doméstico e os filhos a mão-de-obra e a ajuda monetária.**

Os demais indicadores permitiram matizar o retrato da participação diferenciada de filhos e filhas na esfera produtiva. No que toca à divisão das tarefas domésticas que as inquiridas procuram, é interessante perceber que a **partilha atenuada** é a norma que promovem junto dos filhos independentemente das características da descendência. Pelo contrário, as outras duas atitudes variam significativamente. **Poupar os filhos** às tarefas liga-se, em primeira linha, às famílias com crianças até aos 10 anos, mas também às que têm filhos únicos, às que só têm rapazes, ou em que o filho mais velho é do sexo masculino. Já a **partilha igualitária** é solicitada nas famílias com três e mais filhos, com filhos a partir dos 16 anos e em que há pelo menos uma rapariga.

As características da descendência também estruturam profundamente o campo das práticas, não só determinando a participação ou não no trabalho doméstico, como a intensidade dessa participação e o tipo de tarefas que realizam. De facto, a percentagem de famílias que conta com a ajuda efectiva das filhas na esfera doméstica é quase o dobro em relação às famílias que contam com a ajuda dos filhos. Mas esta participação também aumenta expressivamente como a idade do mais velho ou da mais velha, constituindo a adolescência o ponto de partida, já que na infância a participação é quase inexistente. Olhar para a idade e o sexo do filho mais velho permitiu-nos constatar esse duplo efeito: se é com a chegada à adolescência que tem início, verdadeiramente, o trabalho doméstico de filhos e filhas, é também aí que começa a assomar a desigualdade de género, de tal forma que só quando os rapazes têm mais de 20 anos participam com a mesma frequência das raparigas dos 11 aos 15 anos.

Por outro lado, apesar da média de tarefas desempenhadas aumentar para ambos com a idade, as filhas estão sistematicamente mais implicadas num maior número de tarefas. É comum elas fazerem duas, três e mesmo quatro ou mais tarefas (depois dos 20 anos é o cenário mais frequente). Já os rapazes fazem em regra uma tarefa, não importa a idade.

As tarefas em que participam também são diferentes em função da faixa etária. As compras, a loiça, a limpeza da casa e, no caso dos rapazes, também as pequenas reparações são as primeiras tarefas em que participam as crianças dos 6 aos 10 anos. Na adolescência, filhos e filhas começam a executar um leque mais amplo de tarefas, onde passam a incluir-se as refeições, a roupa e os cuidados aos irmãos mais novos. A partir dos 16 anos participam também nas tarefas administrativas, em resultado, estamos em crer, do incremento da bagagem escolar e conseqüente aptidão para aliviar os pais das “papeladas”. Mas se filhos e filhas participam, afinal, em todas as tarefas recenseadas, a

desigualdade de género introduz clivagens nesta realidade. Enquanto que as raparigas se ocupam do núcleo duro das tarefas femininas – em primeira linha as limpezas (22%) e a loiça (21%), mas também a roupa (9%) e as refeições (7%) –, os rapazes asseguram, com níveis de participação muito inferiores, as pequenas reparações (5%), mas também a loiça (6%) e as limpezas (5%).

Em suma, estamos perante uma certa reprodução da desigualdade de género na esfera doméstica. Apesar da norma da partilha atenuada, as solicitações por parte das inquiridas são ainda diferentes para filhos e filhas. Mas é, de facto, a nível das práticas que a desigualdade é mais visível: na participação efectiva e na sua intensidade, mas também no tipo de tarefas que filhos e filhas asseguram. Embora já se note a presença dos rapazes em domínios “femininos” como a loiça e as limpezas, há outros dos quais estão muito ausentes, como as refeições e, mais ainda, a roupa. Mas o mesmo se aplica às raparigas, já que o universo das reparações lhes é praticamente desconhecido. São, sem dúvida, sinais evidentes da manutenção de enclaves de género na arena doméstica (de tal forma que as raparigas asseguram certas tarefas tanto ou mais vezes que os pais-homens: as limpezas, a loiça e a roupa). Ora, a reprodução desta socialização de género é produtora de ausência de paridade entre filhos e filhas, já que, como tivemos oportunidade de observar, nas famílias com filhos de ambos os sexos o trabalho doméstico é desigualmente partilhado entre eles.

Por fim, gostaríamos de relembrar dois resultados que introduzem uma nota destoante neste retrato. O primeiro, é o papel que filhos e filhas têm nos cuidados aos irmãos mais novos, concretamente no que toca a ajudar nos trabalhos escolares. Trata-se de um traço que os aproxima mais do que os diferencia. O segundo, é o facto de ambos participarem no trabalho doméstico mais numa lógica de parceria do que de autonomia. A partilha das tarefas com outras pessoas do agregado é cúmplice, sem dúvida, do estatuto mais secundário que, tanto os filhos como as filhas detêm nesta esfera produtiva. Sobre eles já não recai, então, o ónus de determinada tarefa, como era uso tradicionalmente. Mas a partilha também é cúmplice da democracia familiar que começa a instalar-se nesta arena da vida em família. Apesar da persistência de alguns traços de sinal contrário e de algumas zonas de resistência, os homens (pais e filhos) entraram, afinal, no universo da casa, tornando-o um espaço menos feminizado e de maior partilha, tanto horizontal, i.e., entre cônjuges e entre irmãos, como vertical, ou seja, entre pais e filhos.

A participação na esfera profissional também é fortemente marcada pelas características da descendência. Antes de mais, pela idade dos filhos, por razões que se prendem à legislação do trabalho que prevê uma idade mínima para desempenhar uma actividade económica. De facto, se na nossa amostra há famílias com jovens entre os 11 e os 15 anos que trabalham e têm rendimentos (o que remete para um quadro de trabalho infantil), é aos 16-20 anos que tem início, verdadeiramente, a participação na esfera económica: um quarto das famílias em que o filho mais velho está nesta faixa etária tem pelo menos um filho a trabalhar ou a ajudar na empresa familiar; e metade destas conta com os seus rendimentos para as despesas da casa. A inserção no mercado de trabalho passa a ser a regra quando o filho mais velho tem mais de 20 anos, pelo que dois terços destas famílias têm filhos a trabalhar e quase um terço contam com os seus rendimentos.

Por outro lado, é uma esfera mais masculina que feminina, pelo que o trabalho profissional dos filhos e a ajuda monetária são mais comuns nas famílias com rapazes: 30% das famílias só com rapazes têm filhos que trabalham/ajudam na empresa familiar e 12% contam com a sua contribuição económica; valores que descem para 17% e 8% nas famílias só com raparigas. Trata-se, portanto, de uma desigualdade distinta da anterior – pesa agora mais sobre os filhos do que sobre as filhas – e emergente, pois resulta, em grande medida, da relação diferenciada que hoje em dia os jovens de ambos os sexos estabelecem com a escola. De facto, como tivemos oportunidade de observar, se até aos 15 anos os percursos de filhos e filhas são uniformizados pela obrigatoriedade da frequência do sistema de ensino¹⁷³ – praticamente todos estão a estudar –, a partir dos 16 anos o mercado de trabalho coloca-se aos jovens como uma alternativa, real e legítima, à escola. É então que os percursos começam a divergir, com os rapazes a trocarem os estudos por uma actividade económica como muito mais frequência do que as raparigas (28% e 17%), estando estas mais apostadas numa escolarização longa. Esta tendência mantém-se depois dos 20 anos, sendo que as raparigas estão duas vezes mais integradas no sistema de ensino do que os rapazes.

¹⁷³ Embora as trajectórias de insucesso escolar masculinas já estejam presentes na faixa etária dos 11-15 anos (Almeida et al., 2005). Os percursos de insucesso e de abandono são, nos tempos que correm, uma realidade mais masculina, pelo que é urgente pensar o que é que, no sistema de ensino em vigor, está a “empurrar” um grupo significativo de adolescentes e jovens para situações de fragilidade ou mesmo exclusão social.

Por fim, a dimensão da descendência também é importante para compreender esta realidade, pois são as famílias numerosas que têm mais vezes filhos a trabalhar e a contribuir para o seu sustento. Nas famílias de quatro e mais filhos, os valores são de 62% e 33% respectivamente, contra 15% e 7% na amostra. É certo que interfere aqui o efeito da idade dos filhos (estas famílias têm filhos mais velhos), mas também se entrevê o impacto dos contextos sociais, já que estas famílias estão, de certo modo, socialmente ancoradas.

Em suma, da análise efectuada à contribuição instrumental dos filhos na família é possível retirar algumas ilações. A primeira é que a infância – aqui balizada entre os 6 e os 10 anos – é um tempo de “não-trabalho” (Sarmiento, 2000) e de indiferenciação de género. A chegada à adolescência – entre os 11 e os 15 anos – marca o verdadeiro início da participação de filhos e filhas na esfera produtiva, nomeadamente na sua vertente doméstica. Mas também marca o início (ou a maior visibilidade) da diferenciação de género, pois as raparigas são, efectivamente, mais solicitadas e investidas de atribuições domésticas. A faixa etária dos 16-20 anos constitui outro ponto de viragem no ciclo de vida das famílias, quando o mercado de trabalho passa a colocar-se para os jovens como ocupação alternativa à escola. A maior “atração” que o trabalho exerce sobre os jovens do sexo masculino faz com que sejam eles os principais aliados da família na esfera profissional, seja enquanto provedores de alguns recursos económicos, seja enquanto força de trabalho no negócio ou na exploração familiar.

II. Tempo social e sentido das mudanças: linhas de ruptura e de continuidade

Um segundo desafio desta investigação consistiu em dar conta das mudanças que o tempo social tem vindo a imprimir no lugar dos filhos nas famílias portuguesas. Para apreender o impacto do tempo social na fecundidade feminina e nas funções dos filhos adoptámos a **coorte de entrada na maternidade**. Trata-se de um indicador que se liga de perto ao objecto em causa e que cruza um período chave da história recente da sociedade portuguesa (do início dos anos 70 a meados dos anos 90 do século XX), no qual foram protagonizadas profundas transformações na demografia e nos valores respeitantes à família, à mulher e à criança. O objectivo não foi totalmente alcançado, pois os critérios da amostra impuseram reservas na interpretação de alguns resultados. No entanto, a análise da fecundidade nas diferentes coortes quinquenais de entrada na maternidade permitiu, assim mesmo, depreender o sentido das mudanças.

Linhas de ruptura

Começando pelo domínio das aspirações e das representações procriativas, uma primeira mudança que se registou logo com as inquiridas que foram mães em 1975-79, por relação àquelas que entraram na maternidade na primeira metade dos anos 70, foi a maior **definição dos projectos iniciais**. Vários factores terão, de certo, confluído neste sentido: a difusão dos valores de Abril, como a laicização e a democratização da vida familiar; a tomada de consciência da possibilidade de escolher a família que se quer constituir, aliada à necessidade de intervir na própria fecundidade, pois os filhos já não devem vir ao acaso; e o acesso mais generalizado à contracepção moderna (Almeida, 2004).

Outra mudança importante prende-se com o **recuo do ideal abstracto de três filhos, que tem sido amplamente substituído pelo de dois**. É uma tendência estável, cada vez mais predominante, no sentido da consolidação de um novo modelo familiar ancorado firmemente na descendência de dois filhos. «Um filho é pouco e três são demais» (Cunha, 2000) é, assim, o axioma que melhor traduz a ideia contida nesta “norma”. Esta tendência começou a desenhar-se logo com a coorte de 1975-79, sinal de que a maior definição dos projectos procriativos ocorreu no quadro do redimensionamento, para moldes ligeiramente mais restritos, do modelo familiar.

Ainda no campo das aspirações, outra tendência notória é o **peso crescente do ideal inicial de filho único**. Residual no início da década de 70, o seu aumento foi acompanhado do recuo do ideal de três filhos, superando-o nas escolhas iniciais logo com a coorte de 1980-84. Mas o seu avanço também se fez à custa do ideal inicial de dois filhos, inversamente ao que seria de esperar face à sedimentação deste quadro normativo a nível das representações. Ora, sendo que as escolhas individuais tendem a resultar do confronto entre as condições consideradas ideais para assegurar o bem-estar de cada criança e aquelas que se pensa ter disponíveis num dado momento, estamos em crer que o avanço continuado do ideal inicial de filho único não reflecte o empobrecimento das condições reais das famílias, nomeadamente a nível material, mas a extensão dos requisitos encarados como indispensáveis para garantir esse bem-estar. Trata-se, em suma, de um sinal claro da centralidade da criança na sociedade e na família portuguesa contemporânea e da vontade de promover socialmente os filhos.

Quando passamos para o domínio das práticas e das tensões, as mudanças são, então, muito vincadas. A primeira verifica-se a nível das descendências actuais¹⁷⁴, que evoluem no mesmo sentido dos ideais iniciais, mas a um ritmo mais intenso. Por outras palavras, a tendência que predomina, seguramente desde o início dos anos 80¹⁷⁵, é o **engrossamento das descendências de filho único** à custa de todas as outras. De tal modo que, nos anos 90, já são seis vezes mais comuns do que as descendências de três filhos e aproximam-se das de dois filhos. De facto, na coorte que entrou na maternidade em 1990, cerca de 5 mulheres em 10 têm dois filhos e 4 têm apenas um. Este quadro de crescente restrição da fecundidade retrata, sem dúvida, a evolução do índice sintético da sociedade portuguesa.

Perante as profundas mudanças que se têm registado tanto nos ideais como nas descendências, os desfasamentos entre eles caminham, como é evidente, no sentido do **rápido aumento da tensão por defeito**. Quer entre o ideal inicial e a descendência¹⁷⁶, quer entre o ideal abstracto e a descendência¹⁷⁷, o avanço da tensão por defeito tem sido feito, em grande medida, à custa da tensão por excesso, que era muito elevada nas coortes dos anos 70, mas que tem decrescido acentuadamente. De facto, não fugimos muito à verdade se dissermos que os seus pesos quase que inverteram em cerca de 20 anos. De tal modo que, da realidade dos filhos “a mais” da década de 70, passamos à realidade dos filhos “a menos” da década de 90. Já a ausência de tensão registou uma evolução diferente: aumentou até à coorte de 1980-84, para voltar a recuar. Trata-se, sem dúvida, do momento de viragem neste cenário diacrónico da fecundidade. Mas a constatação mais importante a reter é, então, a da crescente dificuldade em concretizar as aspirações iniciais, quando elas já são tão contidas, e mais ainda de reproduzir um modelo de descendência que poucas vezes vai além dos dois filhos. Das mulheres que entraram na maternidade a partir de 1990, quase um terço tem menos filhos do que os equacionados inicialmente e mais de metade fica aquém do seu ideal abstracto.

O planeamento familiar é também um domínio em clara mudança, a caminho da **constituição de descendências mais planeadas**. Independentemente do indicador – planeamento de todos os nascimentos ou do último nascimento –, o que se observa é a diminuição progressiva do peso dos “acidentes” na formação das fratrias, situação que

¹⁷⁴ Falamos das descendências actuais apenas das inquiridas que à data da inquirição não queriam ter mais filhos (N=1614), de modo a ter um indicador mais próximo das descendências finais das coortes.

¹⁷⁵ As coortes da década de 70 são as mais enviesadas pelos critérios da amostra, pelo que não podemos inclui-las na análise.

¹⁷⁶ Das inquiridas que à data da inquirição não queriam ter mais filhos.

¹⁷⁷ Idem.

era francamente comum na década de 70. O momento-chave no sentido de um planeamento familiar mais efectivo é, então, a década de 80, e em especial com a coorte de 1985-89. Há, sem dúvida, uma disposição planeadora crescente, que pode ser confirmada mesmo com o planeamento do primeiro nascimento, que aumentou em quase 20 pontos percentuais no espaço de duas décadas. A evolução do planeamento é cúmplice, estamos em crer, do avanço dos ideais mais contidos e das descendências restritas. Mas, infelizmente não é possível apreender a totalidade deste quadro, pois faltou auscultar um dado fundamental, que é a evolução da interrupção voluntária da gravidez, afinal, uma prática de recurso não despicienda na sociedade portuguesa (INE, 2001, Almeida, 2004, DECO, 2006). Fica, assim, por saber se a crescente definição e restrição dos projectos procriativos, para além de porem em marcha, como estamos certos que sim, a utilização de métodos anticoncepcionais mais seguros de modo a concretizar os objectivos, também conduzem, na sua falência, a uma maior abertura em relação à IVG, no quadro da laicização da vida familiar. Trata-se de uma pista de análise a incluir em futuras investigações.

O calendário da fecundidade também é um palco de profundas mudanças no domínio das práticas procriativas. Antes de mais, no que diz respeito à **transição para a parentalidade, que aponta para a consolidação de um padrão mais tardio tanto no ciclo de vida pessoal como no conjugal**. A tendência geral é, então, para o recuo da entrada na maternidade até aos 24 anos, a par do aumento dos 25 anos em diante. De tal modo que, enquanto na coorte de 1980-84 o primeiro filho nasceu muitas vezes entre os 20 e os 24 anos e a maternidade até aos 19 anos foi mais frequente do que a tardia, nos anos 90 o primeiro nascimento já ocorreu ligeiramente mais entre os 25 e os 29 anos e a maternidade tardia superou em muito a precoce¹⁷⁸. Já o tempo que decorre entre o início da vida em casal e o primeiro nascimento tem evoluído no sentido do declínio muito expressivo do intervalo inferior a 2 anos. A rápida sucessão daqueles momentos, que caracterizava a formação da família no início dos anos 70, devia-se à estreita ligação entre a sexualidade e a reprodução, que o casamento tantas vezes inaugurava de uma só vez. O efeito conjugado de uma contracepção pouco segura ou mesmo inexistente, facilmente permeável a uma gravidez accidental, e o papel-chave da criança na produção de sentido na vida familiar concorria, assim, para reduzir ao mínimo o tempo consagrado ao casal. Mas com a difusão de uma contracepção moderna passou a ser

¹⁷⁸ As coortes dos anos 70 não foram analisadas neste indicador, devido às características da amostra.

possível espaçar aqueles acontecimentos, pelo que os intervalos de 3 e mesmo de 4 e mais anos aumentaram de forma significativa, em especial com a coorte que entrou na maternidade nos anos 90. Ora, se pensarmos que a maioria destas mulheres planearam o nascimento do primeiro filho, rapidamente deduzimos que o recurso aos novos métodos anticoncepcionais por parte dos casais não responde ao desejo de viver à margem da parentalidade, mas de ter um tempo de “conjugalidade auto-suficiente” (Leridon em Bourguignon, 1987), bem como de encontrar a altura mais propícia (em termos afectivos, materiais, profissionais, etc.) para acolher um bebé. Não obstante, há que lembrar, mais uma vez, que esta entrada mais tardia da criança na família também pode traduzir a maior dificuldade de alguns casais em conceberem um filho, pois está provado que o aumento dos problemas de fertilidade depois dos 30 anos (DECO, 2005) é uma realidade com que cada vez mais casais têm que se confrontar, face ao adiamento da transição para a parentalidade no ciclo de vida pessoal.

Curiosamente, a mudança que se verifica no sentido de protelar o nascimento do primeiro filho é acompanhada de outra em sentido contrário, ou seja, de **abreviar a vinda do segundo**. Mas não se trata de ter dois filhos seguidos, pois o intervalo inferior a dois anos tem vindo inclusivamente a decrescer, embora de forma muito ligeira. Passa-se, então, de um padrão muito distribuído no início dos anos 70 – sinal de que, após o primeiro filho, era posto em marcha algum método contraceptivo mais eficiente para evitar uma nova gravidez (Almeida et al., 1995) – para um mais concentrado, entre 2 e 9 anos. Mas, dentro deste padrão, destaca-se ainda a tendência para avançar o intervalo de 2-4 anos em detrimento do de 5-9 anos, de tal modo que na década de 90 o intervalo de 2-4 anos já tem mais peso. Esta tendência reflecte, sem dúvida, uma aposta em reduzir o tempo de maternidade activa, tanto mais que as descendências são também elas cada vez mais reduzidas, apenas indo além dos dois filhos de forma residual.

As mudanças são, de facto, muitas e apontam para a ruptura inexorável com a fecundidade tradicional que pautou a sociedade portuguesa até ao início dos anos 70 do século passado, mas elas não ocorreram de forma concertada e sim faseada no tempo. Com efeito, enquanto que no domínio das aspirações e das representações os sinais de mudança despontaram em meados dessa década – certamente embalados no quadro dos valores emergentes do 25 de Abril – foi necessário decorrer mais uma década, década e meia, para podermos observar efeitos consistentes a nível das práticas. Ora, daqui concluímos que **foram as mudanças nos ideais (combinadas, como é óbvio, com as**

possibilidades oferecidas pela contracepção moderna) que precederam e abriram caminho à domesticação efectiva da fecundidade.

Já no que respeita às **funções dos filhos**, as mudanças encontradas foram bem menos impressionantes. Tanto mais que, pela sobreposição entre o tempo social e a etapa do ciclo de vida familiar – em que as idades dos filhos detêm, como concluímos, um papel fulcral – só foi possível analisar a evolução do lugar dos filhos na ordem simbólica das inquiridas, nas expectativas neles colocadas, e não nas práticas propriamente ditas, i.e., na participação de filhos e filhas no trabalho doméstico e profissional.

O principal traço de mudança prende-se com a adesão à dimensão tradicional. **A adesão forte tem decrescido ao longo do tempo**, passando de 70% no início dos anos 70, para 42% nos anos 90. Mas esta tendência deve-se à perda de importância de três funções apenas: a **produtiva**, a **de solidariedade material** e, menos intensamente, a **de mobilidade social**. Ora, isto significa que há, de facto, uma desvalorização crescente da contribuição instrumental dos filhos. Antes de mais a curto prazo, enquanto força de trabalho ou provedor de rendimentos para o agregado doméstico. Mas também a longo prazo, na qualidade de prestador de cuidados ou de sustento económico na velhice dos pais. Esta é, sem dúvida, a grande mudança no lugar dos filhos ao longo das últimas décadas, que acompanha as profundas transformações das sociedades contemporâneas, bem como das condições e dos cânones da vida familiar. Por outro lado, o recuo da função de mobilidade social, se bem que tímido, deve-se certamente ao avanço dos percursos escolares de que a sociedade portuguesa tem sido palco desde o 25 de Abril, o que leva a que, para as inquiridas das coortes mais recentes (que são as principais beneficiárias), estas expectativas não sejam um imperativo, como o são, compreensivelmente, para as inquiridas que entraram na maternidade há mais tempo.

Linhas de continuidade

Deixámos para o fim algumas considerações sobre as **linhas de continuidade**. Quase invisíveis face à magnitude das mudanças recentes, elas existem e são centrais para clarificar algumas pré-noções em relação ao lugar dos filhos na família, em especial no que toca à dicotomia passado/presente.

Em relação à fecundidade deparámo-nos com três linhas de continuidade a nível das aspirações e das representações: uma nos projectos e duas nos ideais. Com efeito, **os cenários em que a vinda da criança é posta em causa ou mesmo recusada são**

constantes ao longo do tempo. Embora pese o facto de estarmos em presença de uma população de mulheres-mães, trata-se, assim mesmo, de um resultado que denuncia a importância da aspiração à maternidade na sociedade portuguesa contemporânea, que não é substituída, ou sequer mitigada, pelas novas arenas de realização individual que as mulheres conquistaram nas últimas décadas (Almeida et al., 1998; Machado e Costa, 1998; Torres, 2001). Por outro lado, **o ideal inicial de 4 e mais filhos é residual em quase todas as coortes**, o que significa que no passado recente, pelo menos a partir da década de 70, as mulheres já não queriam constituir famílias muito numerosas. Elas “aconteciam”, sobrepondo-se à vontade individual. De tal forma é assim que, curiosamente, até se regista um aumento muito gradual deste ideal ao longo dos anos, embora o pico tenha ocorrido com a coorte de 1975-79. Por fim, **o carácter marginal do ideal abstracto de filho único também é constante.** A representação da família não está hoje mais alicerçada neste tipo de descendência do que estava no passado. A tendência que se verifica para a restrição do modelo de descendência alimenta-se, em exclusivo, da confluência para a “norma dos dois filhos” e não de uma crescente valorização do filho único.

No campo das práticas, um resultado curioso que se prende com o calendário da fecundidade é **o lento recuo do intervalo inferior a 2 anos entre o nascimento do primeiro e do segundo filho.** Trata-se de um intervalo resultante, em grande medida, de um “acidente” decorrido pouco tempo após o primeiro nascimento¹⁷⁹, numa altura em que o termo da infertilidade temporária do pós-parto é uma incógnita, o que vem chamar a atenção para a persistência de uma margem de “acidentes” neste quadro específico. Por outro lado, apesar das profundas mudanças no sentido do planeamento dos nascimentos, estas associam-se e muito ao recuo da dimensão das descendências. De facto, quando isolamos **as descendências de dois filhos, as diferentes coortes têm, afinal, a mesma disposição planeadora**, pois as descendências planeadas e aquelas em que pelo menos um nascimento não foi planeado surgem com pesos afins. É um dado fundamental para perceber que, mesmo nos nossos dias, o “acidente” é, no final de contas, uma via usual na constituição da descendência desejada, apenas apertando a vigilância contraceptiva após ser alcançada. Sai assim mais uma vez reforçada, a ideia da existência de duas etapas na constituição das descendências: uma *activa (ou com mais recursos contraceptivos disponíveis)*, que se traduz em um ou dois filhos e que

¹⁷⁹ Assim é em três quartos das situações. E quanto às restantes, incluem não só os segundos nascimentos que foram efectivamente planeados, como casos de nascimentos gemelares na primeira gravidez.

caracteriza sobretudo a fecundidade mais recente; e outra mais *passiva (ou menos protegida)*, que abre caminho a descendências numerosas e que marca principalmente a fecundidade dos anos 70.

Já em relação às **funções** dos filhos, verificámos que o recuo da adesão forte à dimensão tradicional não tem sido acompanhado **pelo aumento da adesão fraca e sim da média**, na medida em que continuam a ser amplamente valorizadas várias funções daquela dimensão: **a de linhagem, a de aquisição de autoridade, a de solidariedade emocional e a afectiva alargada**. Não podemos falar, assim, numa diluição absoluta da dimensão tradicional dos filhos. Mas trata-se de uma premissa que é, afinal, duplamente falaciosa, pois também não podemos falar de uma tendência para a intensificação dos afectos. Antes de mais porque, quando comparámos as coortes entre si, verificámos que as funções afectivas são valorizadas de igual modo, quer quando tivemos em conta todas as funções importantes, quer quando retivemos as duas fundamentais. Por outro lado, porque os afectos fazem parte de um quadro bem mais abrangente de expectativas que recaem sobre os filhos na vida familiar. Se é certo que a instrumentalidade tem vindo a declinar ao longo das últimas décadas, o mesmo não se pode dizer das funções expressivas e estatutárias, que, tal como as afectivas, atravessam de forma imutável o tempo social em análise.

Apesar destas linhas de continuidade no lugar dos filhos na família, o sentido das mudanças é evidente, apontando para a modernização da fecundidade portuguesa contemporânea, a par da desvalorização de algumas funções tradicionais dos filhos, nomeadamente a produtiva e a de solidariedade material.

III. Contextos sociais e diversidade: perfis tradicionais, de transição e modernos

Outro objectivo fundador da pesquisa consistiu, como frisámos, na apreensão da diversidade dos modos de construir o lugar dos filhos a partir dos contextos sociais das famílias. A investigação que aqui termina confirmou amplamente este impacto nas duas arenas da vida familiar equacionadas, ou seja, na fecundidade e nas funções dos filhos. A escolaridade e a classe social revelaram-se, assim, variáveis fracturantes, verdadeiros filões explicativos do modo de construir o lugar dos filhos na família, seja na concepção e na realização de projectos procriativos, seja nas expectativas que neles são colocadas, seja no seu protagonismo na esfera da produção familiar.

Perfis de fecundidade

Tratando-se de duas dimensões do lugar dos filhos que foram equacionadas de forma autónoma – tanto do ponto de vista analítico, como no tratamento dos dados empíricos – chegámos a perfis independentes¹⁸⁰. A nível da fecundidade encontramos seis perfis diferenciados: dois tradicionais; dois de transição; e dois modernos. Importa frisar que as designações por nós encontradas para os perfis pretendem traduzir retratos de fecundidade que coabitam e têm nexos na sociedade portuguesa contemporânea. Com efeito, os perfis tradicionais não procuram remeter para a fecundidade das sociedades antigas, como se de algum arcaísmo se tratasse. São perfis tradicionais, apenas e só por comparação com os restantes no quadro da sociedade contemporânea, nomeadamente se tivermos em conta que têm lugar no contexto das profundas mudanças da fecundidade portuguesa. Mas, para evitar equívocos, designamo-los de tradicionais inovados.

Ora, o primeiro perfil, **o perfil tradicional inovado** reúne as inquiridas *sem escolaridade, as camponesas e as assalariadas agrícolas*. São vários os traços que remetem para o quadro da fecundidade do início dos anos 70. A nível das aspirações e representações pauta-se pela indefinição dos projectos iniciais e pelos ideais abstractos numerosos, em especial de três filhos. A nível das práticas pauta-se pelas descendências de três ou mesmo de quatro e mais filhos; pelos nascimentos não planeados, mesmo no caso do primeiro; pela entrada precoce na maternidade, entre os 20 e os 24 anos, mas também antes dos 20 anos; pela rápida passagem pela vida em casal sem filhos, com o primeiro filho a nascer antes de ter decorrido dois anos de conjugalidade; e pelos nascimentos “rasteirinhos”, com o segundo filho a nascer logo após o primeiro, nomeadamente com um intervalo inferior a dois anos. Os “filhos a mais” (tensão por excesso) são, portanto, uma consequência frequente deste perfil tradicional.

O perfil tradicional (inovado) atenuado, que reúne as inquiridas com a *antiga primária e as independentes e as pequenas patroas*, também remete para uma fecundidade de traços predominantemente tradicionais, embora já mais diluídos do que no perfil anterior. Assim é com os projectos iniciais indefinidos, as descendências numerosas, os nascimentos não planeados e os “filhos a mais”: se bem que frequentes, já pesam um pouco menos neste perfil. Por outro lado, o ideal abstracto de três filhos é aqui ainda muito comum, bem como a entrada precoce na maternidade, tanto do ponto

¹⁸⁰ Ver quadro-síntese no Anexo V.

de vista pessoal como conjugal. No entanto, este traço do calendário da fecundidade combina-se agora com o adiamento do segundo nascimento. O intervalo de 5-9 anos passa a ser frequente.

O perfil moderno dirigido reúne as inquiridas com o *ensino secundário, as empregadas executantes e as profissionais técnicas e de enquadramento intermédio*. As práticas caracterizam-se pelas descendências contidas, de um ou dois filhos; pelos nascimentos planeados; pelo calendário pessoal e conjugal mais tardio, pois o primeiro filho tende a nascer a partir dos 25 anos e ao fim de dois ou mesmo mais anos de vida conjugal; e pelo espaçamento dos nascimentos em 5-9 anos. No que se refere às aspirações e às representações pauta-se pela grande definição dos projectos, que se traduz, em regra, em ideais iniciais de dois filhos; e por um ideal abstracto que converge amplamente para a “norma dos dois filhos”. É, por conseguinte, um perfil dirigido, no sentido em que parece haver uma lógica de antecipação do que é possível concretizar no domínio procriativo, não obstante os “filhos a menos” marcarem aqui presença. É também o perfil que melhor retrata a realidade da fecundidade moderna, contida e domesticada dos anos 90.

O perfil moderno ambicioso encontra-se entre as inquiridas *com frequência universitária*, que têm *profissões intelectuais* ou são *empresárias e dirigentes*. Pauta-se também pelo planeamento dos nascimentos, mesmo no caso do último, e destaca-se a nível do calendário, já que a transição para a maternidade é a mais tardia de todas, tanto no ciclo de vida pessoal como conjugal: o primeiro filho nasce a partir dos 25 anos, sendo que é muito frequente depois dos 30 anos; e o mais comum é este nascimento ter lugar 4 e mais anos depois do início da vida em casal. O primeiro e o segundo filho são intencionalmente espaçados entre 2 e 4 anos, de modo a concentrar o tempo de maternidade activa. Mas as maiores diferenças em relação ao perfil dirigido ligam-se às aspirações, às representações e às descendências finais. Os projectos iniciais são menos definidos (embora a recusa à partida da criança esteja praticamente ausente); mas quando o são, são os mais ambiciosos de todos. É frequente o ideal inicial de 3 ou mais filhos, o mesmo acontecendo com o ideal abstracto. Já as descendências são as mais centradas na “norma dos dois filhos”. Do desfasamento entre ideais ambiciosos e a sua concretização em moldes mais restritos resulta, então, a realidade acentuada dos “filhos a menos”, pelo que este perfil parece reflectir alguma dificuldade em ponderar antecipadamente os entraves que se interpõem à constituição de descendências mais numerosas.

Por comodidade da exposição, deixámos para último os perfis de transição, na medida em que combinam traços modernos e tradicionais atrás apresentados. **O perfil de transição menos domesticado** reúne *as operárias industriais e as empregadas não qualificadas dos serviços*, enquanto que **no perfil de transição mais domesticado** estão basicamente as inquiridas com *o ensino preparatório/básico*. No que diz respeito às aspirações e às representações, ambos pautam-se por traços sobretudo modernos: os projectos iniciais são, em regra, definidos; e os ideais convergem para a “norma dos dois filhos”, mas também para o filho único. Já os calendários têm alguns contornos tradicionais, como a entrada precoce na maternidade, aos 20-24 anos, e a rápida inclusão da criança na vida familiar, antes do casal completar dois anos de vida em comum. No entanto, os nascimentos já tendem a ser espaçados em 5-9 anos e as descendências de dois filhos são frequentes. O que distingue sobretudo estes perfis é, então, a presença de alguns traços mais domesticados na fecundidade das inquiridas com o preparatório/básico – como o maior planeamento dos nascimentos e o pouco significado da maternidade antes dos 20 anos – o que culmina numa descendência mais contida, sendo frequente o filho único e a tensão por defeito. Em contrapartida, a entrada na maternidade mais precoce das operárias e das empregadas não qualificadas dos serviços, combinada com “acidentes” mais recorrentes, conduz a descendências um pouco maiores e à presença de “filhos a mais”, embora as suas aspirações sejam das mais modestas.

Perfis de funções dos filhos

A nível das funções dos filhos chegámos a cinco perfis: dois tradicionais, um de transição e dois modernos. Apesar da sua autonomia em relação aos perfis de fecundidade, há, como seria de esperar, alguma transposição entre eles, sobretudo nos perfis mais tradicionais e mais modernos. Mais uma vez, há que esclarecer que estamos perante retratos contemporâneos das funções simbólicas e práticas dos filhos na família e vamos recorrer, basicamente, às mesmas denominações, embora com nuances no caso dos perfis modernos.

Ora, **o perfil tradicional inovado** reúne as inquiridas *sem escolaridade e as camponesas*. Pauta-se pela máxima adesão à dimensão tradicional, o que significa que, do conjunto das funções que consideram importantes, as que remetem para um quadro tradicional do lugar dos filhos estão muito presentes: função produtiva, de solidariedade

material e emocional, de aquisição de autoridade, de linhagem, de mobilidade social e afectiva alargada. Já quando se trata de circunscrever as duas funções fundamentais, destaca-se a dimensão instrumental a fazer par com a afectiva, em grande medida devido à valorização da função de solidariedade emocional, mas, no caso específico das camponesas, também da função de solidariedade material. Por outro lado, quando apontam a dimensão estatutária, tendem a privilegiar a função de mobilidade social e menos a identitária. No que toca à participação dos filhos na esfera produtiva, este perfil pauta-se pela contribuição instrumental muito elevada, tanto de natureza económica e em mão-de-obra como de natureza doméstica. De facto, filhos e filhas começam cedo a trabalhar e a colaborar para o sustento da casa e são as famílias camponesas que mais contam com a sua mão-de-obra não remunerada. Filhos e filhas também participam com muita frequência no trabalho doméstico: elas, inclusivamente, com alguma autonomia na realização das tarefas; e eles numa lógica de colaboração “masculina”. Mas trata-se de uma participação que vem responder, de certo modo, às expectativas elevadas que neles são depositadas em termos de produção doméstica. Em suma, as expectativas a longo prazo que sobre eles recaem marcam a constelação de valores nestas famílias. Espera-se que eles sejam uma companhia para a vida, que estejam disponíveis para prestar assistência na velhice e nas dificuldades e que protagonizem uma mobilidade ascendente, realizando os sonhos que não estiveram ao alcance dos pais. Mas na prática, são estes jovens que iniciam mais cedo a vida activa – incluindo casos pontuais de trabalho infantil – tornando-se aliados dos pais na esfera da produção. E esta «ajuda em casa e no trabalho» é reconhecida e valorizada.

O perfil tradicional (inovado) atenuado reúne as inquiridas com o *ensino primário, as assalariadas agrícolas, as operárias e as empregadas não qualificadas dos serviços* e é semelhante ao anterior no que toca às funções valorizadas, embora com traços atenuados. Pauta-se pela adesão forte à dimensão tradicional, pela importância da dimensão instrumental a fazer par com a afectiva – com destaque para a função de solidariedade emocional – e pela primazia da função de mobilidade social sobre a identitária. É aqui que a dimensão expressiva acolhe menos preferências quando se trata de seleccionar as duas funções fundamentais. A contribuição instrumental é média a elevada, mas mais à custa do trabalho doméstico. A participação de filhos e filhas nesta esfera é muito desigual, pois são elas – com destaque para as filhas das assalariadas agrícolas – as mais envolvidas na realização das tarefas, incluindo em intensidade e em autonomia (é máxima a distância entre níveis de participação de filhos e filhas). Não

obstante, os filhos também estão algo presentes, se bem que numa lógica “masculina” atenuada, i.e., aberta a novas atribuições, ao contrário do que se passa no perfil anterior. Por outro lado, também há contribuição económica nestas famílias, sobretudo entre as operárias e as inquiridas com o ensino primário. Trata-se, regra geral, de uma ajuda para as despesas resultante de trabalho assalariado. De facto, filhos e filhas, mas mais os primeiros, entram cedo no mercado de trabalho, registando-se mesmo casos de trabalho infantil. É também aqui que encontramos jovens sem ocupação, sobretudo nas famílias de assalariadas agrícolas, deixando entrever percursos juvenis mais precários.

O perfil de transição reúne *as independentes e as pequenas patroas, as empregadas executantes* e as inquiridas com o *ensino preparatório/básico*. Por ser muito próximo do perfil da amostra, não encerra grandes singularidades. Caracteriza-se pela adesão à dimensão tradicional tendencialmente forte, embora já menos assente na instrumentalidade. Na dimensão estatutária, é a função de mobilidade que tende a sobressair, enquanto que na expressiva é a de papel. Neste perfil destaca-se ainda a dimensão afectiva, embora de modo muito ligeiro. A contribuição instrumental é média, ainda que resulte de situações algo diversas: as famílias das empregadas executantes estão sobrerrepresentadas na esfera doméstica, enquanto que as famílias de pequenas patroas estão na esfera profissional. Aliás, a seguir às famílias camponesas, estas são as que mais contam com o trabalho não remunerado dos filhos. Este perfil pauta-se ainda pela desigualdade de género nas duas esferas: as atribuições domésticas pesam mais sobre as filhas, com destaque para as famílias de empregadas executantes; e as profissionais pesam mais sobre os filhos. De facto, a partir dos 16 anos, a entrada no mercado de trabalho marca mais as trajectórias masculinas.

O perfil moderno com contribuição (doméstica) reúne as inquiridas com o *ensino secundário e as profissionais técnicas e de enquadramento intermédio*. A adesão à dimensão tradicional é muito distribuída, embora se destaque a adesão fraca e a média. Por outro lado, marca presença neste perfil a dimensão expressiva nas suas três funções: socializadora, lúdica e de papel. Mas há aqui outros traços distintivos: a importância que detém a dimensão estatutária, que se deve concretamente à grande valorização da função identitária; e o pouco peso que assume a dimensão instrumental, da qual está completamente ausente a função de solidariedade material. A maternidade enquanto fonte de realização – seja pela aquisição de uma identidade positiva, seja pela experiência gratificante em que se consubstancia a relação com os filhos – é, assim, um traço forte deste perfil. Nestas famílias, a contribuição instrumental é globalmente baixa

em resultado da fraca expressão da vertente económica ou em mão-de-obra, pois a maioria dos filhos e das filhas estão, de facto, a estudar. Já o nível de participação nas tarefas domésticas situa-se na média. E embora as filhas estejam mais envolvidas no trabalho doméstico do que os filhos (é grande a distância nas famílias de profissionais técnicas), estes têm, de todos os rapazes, o figurino de participação mais abrangente, aliando competências “masculinas” e “femininas” no desempenho das tarefas.

Finalmente, **o perfil moderno sem contribuição** reúne *as empresárias as e dirigentes*, *as intelectuais* e as inquiridas com o *ensino médio e superior*. Como traços originais encontramos a fraca adesão à dimensão tradicional, de tal forma que passa a ser o cenário mais comum de todos, e o grande relevo da dimensão expressiva, sobretudo das funções socializadora e lúdica. Por outro lado, a dimensão afectiva está sub-representada, em grande medida devido ao peso mais diminuto da função simbólica de coesão, pelo que é neste perfil que são mais referidos “outros pares”, i.e., aqueles que excluem a dimensão afectiva. Por fim, há ainda a destacar a forte valorização da função identitária em detrimento da de mobilidade social (praticamente ausente), o que configura, quiçá, uma maior individualização dos percursos dos filhos, pelo menos a nível simbólico. A contribuição instrumental é baixa, não só porque é residual a componente económica ou em mão-de-obra – a maioria dos jovens estão, de facto, a estudar –, como o trabalho doméstico é comparativamente menos expressivo. No entanto, a situação de filhos e filhas nesta esfera é bastante igualitária, quer no nível de participação, quer na sua intensidade, quer ainda no desempenho pouco autónomo. Aliás, um traço distintivo deste perfil é precisamente esta ausência de responsabilidade última sobre o desempenho das tarefas, já que há sempre partilha com outras pessoas do grupo doméstico. Ademais, estão ausentes dos cuidados aos irmãos mais novos, o que se deve certamente ao maior acompanhamento exercido por estes pais mais escolarizados. Mas há que ressaltar uma particularidade neste perfil, que se prende com a contribuição instrumental muito baixa nas famílias em que as inquiridas têm uma licenciatura completa ou mesmo um grau superior. Por um lado, a contribuição económica e em mão-de-obra é inexistente, pois todos os filhos estão comprometidos numa escolarização longa. Por outro lado, a contribuição doméstica é francamente reduzida e ainda menos “masculina”, já que os poucos rapazes que fazem tarefas marcam presença nas refeições, na loiça e na roupa e estão alheados das pequenas reparações. Por conseguinte, é grande o desfasamento entre a ajuda que as inquiridas procuram no campo da produção doméstica – a norma da partilha atenuada tem aqui a

sua expressão máxima – e a participação efectiva de filhos e filhas, que é mínima. Em suma, a realização pessoal que se retira da maternidade alia-se, nestas famílias, à importância das interacções companheiristas – nomeadamente no campo dos lazeres – e há uma maior individualização dos filhos, na medida em que a gratificação que proporcionam está mais dissociada do projecto conjugal. É ainda interessante perceber o desencontro que aqui se regista entre as expectativas e as práticas no campo da produção doméstica, que acreditamos resultar da articulação de duas tendências: a da representação ideal do trabalho doméstico enquanto mais uma arena de partilha familiar e a possibilidade real de aliviar o quotidiano de um conjunto de tarefas exigentes e que não são sentidas como gratificantes, através da sua delegação numa empregada doméstica.

Para lá dos perfis: o impacto da trajectória da condição perante o trabalho

Ao contrário das variáveis anteriores e dos nossos primeiros pressupostos, a trajectória da condição perante o trabalho não revelou um impacto claro e sistemático no lugar dos filhos na família, de tal modo que não foi incluída no desenho dos perfis a que chegámos. Trata-se de uma conclusão tão inesperada quanto interessante, sobre a qual importa reflectir.

De facto, **a trajectória praticamente não introduz clivagens nas aspirações e nas representações procriativas**. As inquiridas que sempre trabalharam não têm modelos de descendência mais contidos do que aquelas que nunca o fizeram e nem sequer pensavam ter menos filhos. Mais, mesmo quando temos em conta os projectos iniciais de umas e de outras, constatamos que, ao contrário do que é senso comum, os cenários reticentes em relação à maternidade (quando não queriam ou não sabiam se queriam ter filhos) foram ligeiramente mais comuns entre as segundas. Também **a valorização das funções dos filhos não é grandemente determinada pelo facto das inquiridas estarem em casa ou a trabalhar**. As tendências que se registam são tão subtis, que suscitam mais interrogações do que fornecem respostas. Por um lado, verificámos uma ligeira disposição para as mulheres que sempre estiveram fora do mercado de trabalho valorizarem menos a dimensão expressiva e se situarem mais na forte adesão à dimensão tradicional. Por outro lado, valorizam mais a função de mobilidade social do que a identitária. Ora, se estes resultados não podem dissociar-se da característica predominante deste grupo, i.e., as baixas qualificações escolares (estas,

sim, ligadas àquela realidade), também é legítimo pensar se não será mais ambivalente do que se julga a relação entre a condição de doméstica e a realização pessoal pela via exclusiva da maternidade (e do lar). Nesta linha de reflexão, o empenho acrescido das inquiridas na mobilidade poderia traduzir, então, o sonho de ver os filhos – ou melhor, as filhas – a integrarem o mercado de trabalho como fuga do espaço doméstico. Trata-se de uma declaração controversa pela escassez de informação, mas é, sem dúvida, uma pista que importa aprofundar em abordagens mais qualitativas.

Mas se estar dentro ou fora do mercado de trabalho não diferencia substancialmente o universo das representações, já as práticas são algo desiguais. No que toca à participação de filhos e filhas na esfera produtiva, o indicador de síntese – tipo de contribuição instrumental – demonstra que é no tipo de contribuição recebido que estas famílias se diferenciam e não na contribuição global, que apresenta pesos semelhantes. Em relação às inquiridas que trabalharam sempre ou em algum momento, a participação de filhos e filhas na esfera doméstica não as discrimina, mas na esfera profissional sim, pois as segundas – em geral menos qualificadas – contam mais com a sua contribuição económica ou em mão-de-obra do que as primeiras. Mas são as inquiridas que nunca trabalharam que mais contam com a ajuda económica¹⁸¹, resultante de uma mais extensa e precoce participação dos filhos no mercado de trabalho, que se evidencia logo a partir dos 16-20 anos. Sendo uma realidade mais masculina que feminina, como é em regra, não tem como reverso da medalha uma desigualdade de género marcante no domínio doméstico. Com efeito, estas inquiridas são as que menos apoios têm na realização do trabalho doméstico, nomeadamente por parte das filhas, que vai de encontro à menor solicitação de partilha das tarefas que também as caracteriza. Será apenas porque se atribuem a responsabilidade exclusiva desta esfera produtiva, da qual podem retirar mais ou menos gratificação? Não haverá também aqui uma estratégia de afastar as filhas da condição de doméstica, que o empenho na mobilidade – pela via da escola ou mesmo do mercado de trabalho – já parecia indiciar?

Quanto à fecundidade, as mulheres que sempre trabalharam têm descendências mais contidas e planeadas (filho único, tensão por defeito) e calendários mais tardios e concentrados, mesmo espaçando nascimentos seguidos; as que nunca trabalharam têm descendências mais numerosas (é frequente a tensão por excesso) e carreiras mais “acidentadas”, precoces, longas e com filhos “rasteirinhos”. Como se de um contínuo se

¹⁸¹ Não tanto em mão-de-obra, já que esta associa-se às famílias em que as inquiridas são activas: camponesas ou independentes e pequenas patroas.

tratasse, a fecundidade das inquiridas que entram e saem do mercado de trabalho faz a ponte entre as anteriores, embora esteja mais próxima da das inactivas (“filhos a mais”, precocidade da maternidade). Ora, se pode haver algum efeito de sobreposição entre a baixa escolaridade e a inactividade económica ou a actividade intermitente – o que leva a que a fecundidade destas inquiridas tenha, obviamente, contornos mais tradicionais –, também observámos que, independentemente dos capitais escolares, a condição de doméstica é cúmplice, dentro de certos limites, do afrouxamento da vigilância contraceptiva e da abertura a um nascimento não planeado, mesmo tratando-se de uma mulher muito escolarizada. Da mesma forma, a integração continuada no mercado de trabalho associa-se a uma fecundidade mais domesticada e contida, mesmo tratando-se de alguém com baixos ou nenhuns recursos escolares. É, sem dúvida, um resultado a ter em conta em futuras pesquisas, não só pelo que revela de uma certa independência desta variável em relação a outras mais ou menos vizinhas, como pelo que pode dizer sobre o modo como se constroem fecundidades tão desiguais, sendo que partem de aspirações e representações afins.

IV. A descendência “mínima”: primeiras reflexões sobre a realidade do filho único na sociedade portuguesa contemporânea

As descendências de filho único são uma realidade em franco crescimento na sociedade portuguesa, que concorre para os baixos valores da fecundidade actual, mas que ainda se encontra mais ou menos circunscrita na estrutura social. Na nossa amostra, o filho único representava quase um quarto das descendências no momento da inquirição – embora algumas inquiridas tenham mostrado interesse em ter pelo menos mais um bebé – e está presente, sobretudo, nas famílias em que as mulheres estão integradas no mercado de trabalho, desempenham actividades medianamente qualificadas dos serviços e detêm níveis de escolaridade intermédios. Procurámos conhecer, a partir dos dados disponíveis, o modo como se constrói e as razões que estão subjacentes a este tipo de descendência, já que as representações no campo da fecundidade não o valorizam enquanto modelo.

O que constatámos foi que o filho único resulta dos mesmos cenários iniciais, mais ou menos definidos, das demais descendências. Mas tem, na verdade, algumas singularidades: estes nascimentos foram particularmente planeados, se compararmos com os primeiros nascimentos em todas as descendências; e os ideais iniciais eram, em

regra, mais contidos. Já havia, portanto, intenções de constituir uma descendência pequena e o planeamento familiar accionado foi, de certa forma, conforme a esse mesmo objectivo. Não obstante, é afinal a **tensão por defeito** que mais se destaca na construção deste tipo de descendência, i.e., o abandono de projectos que previam dois ou mesmo mais filhos. Os “filhos a menos” são, portanto, uma realidade que tem aqui a sua expressão máxima.

Ora, como tivemos oportunidade de observar, a decisão de ter apenas um filho pode ser tomada à priori, antes da entrada na maternidade, ou, como é mais comum, só mais tarde, após o nascimento do primeiro filho. As **razões** que estão a montante de uma e de outra decisão não são exactamente as mesmas mas apontam no mesmo sentido: para os **constrangimentos** que, a dada altura da vida pessoal ou familiar, parecem inviabilizar um projecto mais ambicioso. Os **projectos iniciais** das inquiridas parecem ser mais sensíveis às dificuldades materiais do momento – sobretudo para as camponesas, as assalariadas agrícolas e as operárias –, mas também à antevisão dos custos materiais e psicológicos que adivinham na criação dos filhos – com destaque para as empresárias e as intelectuais. A vontade de lhes proporcionar algum bem-estar económico, bem como de os promover socialmente – o que passa por assegurar a extensão da escolaridade e, conseqüentemente, da dependência económica dos filhos – são, assim, motivações de fundo que concorrem para a formulação de um projecto parental “mínimo”. Trata-se, sem dúvida, de um sinal claro do novo lugar da criança, mais protegido e privilegiado, numa sociedade ainda marcada pela memória da relação entre fratrias numerosas e privações materiais.

Quanto aos **projectos actuais** de ficar pelo filho único, se os constrangimentos materiais também influem nesta decisão, pois as inquiridas sentem que só conseguem assegurar o bem-estar de uma criança – nomeadamente as inquiridas com o ensino preparatório/básico e aquelas que têm uma relação pouco estável com o mercado de trabalho –, são agora os constrangimentos de ordem pessoal no seu conjunto que mais pesam: a **idade avançada**, os **problemas de saúde** e a **falta de disponibilidade**. O primeiro, e de algum modo também o segundo, chamam a atenção para o impacto dos calendários tardios na descendência final: o adiamento da entrada na maternidade, bem como o adiamento da tomada de decisão acerca de um segundo filho, podem impossibilitar um projecto mais ambicioso por determinação do “relógio biológico”. Já o último prende-se, grosso modo, ao esforço diário de conciliação entre exigências domésticas e profissionais, mas também à obtenção de uma certa organização familiar

que se quer preservar. É o que se passa com as inquiridas mais escolarizadas e as que estão mais integradas no mercado de trabalho. Estas são razões, sem dúvida, que podem «tirar o fôlego para começar tudo de novo» (Cunha, 2000).

Mas se o filho único é com frequência um projecto “mínimo”, o compromisso possível entre a aspiração a ter filhos e o desejo de lhes assegurar as condições que se consideram importantes, também é verdade que aquele pode ser uma opção genuína. Algumas inquiridas, como as empregadas não qualificadas dos serviços, deram como razão para o ideal inicial de filho único uma **preferência subjectiva** ou a vontade de desenvolver uma dada **dinâmica familiar**. Por outro lado, uma inquirida em dez disse estar **satisfeita** com a sua descendência, razão pela qual, no momento da inquirição, não pensavam ter mais filhos, nomeadamente as mais escolarizadas, mas também, e curiosamente, aquelas que nunca trabalharam. É certo que se trata de uma realidade minoritária quando comparada com a preferência e a satisfação associadas a outras descendências. Mas é uma realidade que não pode ser ignorada, tanto mais que põe em causa a ideia da uniformidade das aspirações procriativas, já que é reveladora de novas concepções da vida familiar, ou seja, novos modos de conceber e de pôr em prática a ideia de família. À revelia da normatividade vigente, o filho único começa, então, a ganhar terreno. E é assim, não só porque a sociedade e a família se tornaram mais exigentes nas condições que procuram assegurar às suas crianças, mas também porque passa efectivamente a fazer sentido no projecto familiar de algumas franjas sociais, sobrepondo-se a outras considerações que são tidas em linha de conta noutros projectos procriativos: a importância de ter irmãos e de aprender a partilhar; e o medo da morte da criança, experiência que até há bem pouco tempo marcava a biografia de muitas famílias.

V. Famílias, fecundidades e funções dos filhos: grandes tendências, considerações finais

As profundas mudanças – sociais, económicas e demográficas – que tiveram lugar nas sociedades ocidentais durante a segunda metade do século XX, concorreram tanto para a progressiva homogeneização dos indicadores da fecundidade, como para a sentimentalização da infância, ao dispensarem as crianças e os jovens das atribuições instrumentais que lhes estavam tradicionalmente consignadas. Em concreto, referimo-nos às possibilidades oferecidas pela contracepção moderna no sentido do planeamento

familiar mais consistente, ao recuo demográfico de um campesinato dependente da mão-de-obra familiar, ao alongamento dos percursos escolares e consequente adiamento da entrada na vida activa, ao aumento geral do bem-estar económico das famílias, bem como a chegada das mulheres ao mercado de trabalho. Portugal não é excepção nesta matéria, apesar das quatro décadas de Estado Novo terem atrasado o acesso a estas conquistas e, conseqüentemente, o processo de modernização social do país. De facto, indicadores demográficos, inquéritos a valores e estudos qualitativos apontam todos no sentido da redefinição do lugar da criança na família portuguesa.

Ora, o trabalho de investigação que aqui termina, ancorado nos resultados de um inquérito extensivo a famílias portuguesas com filhos, também dá conta desta realidade. Na verdade, a perspectiva diacrónica que introduzimos na nossa aproximação ao lugar dos filhos – a partir das coortes quinquenais de entrada na maternidade – permitiu apreender dois grandes eixos de mudança: **a modernização da fecundidade feminina** (e, indirectamente, a dos casais); e **a diluição do papel instrumental dos filhos na família**. Em traços gerais podemos dizer que, desde meados dos anos 70 do século XX, se está a consolidar uma fecundidade moderna assente em: representações convergentes para a “norma dos dois filhos”; aspirações definidas e contidas; descendências planeadas e muito contidas; e calendários concentrados e tardios, tanto no ciclo de vida pessoal como conjugal. Da combinação destes traços resulta a realidade em franco crescimento dos “filhos a menos”, que tem como expoente máximo as descendências de filho único. Simultaneamente, assistimos à progressiva desvalorização das funções instrumentais que eram atribuídas aos filhos no quadro da vida familiar tradicional, em concreto a produtiva e a de solidariedade material, mas também da desvalorização mais ligeira da função de mobilidade social. Contribuir para o sustento quotidiano do grupo doméstico, amparar os pais na velhice ou nas dificuldades e, de certo modo, realizar os sonhos neles projectados são, em suma, os significados associados aos filhos que mais cederam ao impacto deste tempo rico em reformas sociais.

A tendência para desinvestir daquelas funções concorre, inevitavelmente, para a imagem mais sentimental das relações familiares. Mas para compreender o lugar dos filhos nas famílias portuguesas contemporâneas não podemos reduzi-lo a esta dimensão, pois são bem mais as linhas de força que o sustentam. Ao universo dos afectos (em si mesmo heterogéneo), reúnem-se, pois, outros valores: uns traduzem a visão democrática e companheirista da vida familiar, como a sociabilidade e a socialização “às avessas”; outros constroem a maternidade enquanto papel, identidade positiva e espaço legítimo

de exercício de autoridade; outros ainda dão conta dos deveres inscritos na vida familiar, como o de acautelar legados vários e o de retribuição emocional a longo prazo para com os ascendentes. No período em análise, o eixo de mudança que é a diluição das funções instrumentais dos filhos coexiste, afinal, com um eixo de permanência, como é este dos outros significados positivos associados aos filhos.

Se a coorte de entrada na maternidade permitiu identificar as grandes tendências de mudança, **as variáveis macrossociais captaram o retrato plural do lugar dos filhos na família**, retrato esse que parece resultar, afinal, da confluência de tempos sociais distintos. Chegámos, portanto, a vários perfis, que dão conta exactamente dessa diversidade.

No domínio da fecundidade, se tivermos como ponto de partida a primeira metade dos anos de 70 do século XX – que combina o papel-chave da criança na fundação da vida familiar e a imagem da descendência numerosa enquanto modelo, a uma carreira reprodutiva pouco domesticada e prolífica – constatamos que, com excepção do perfil tradicional inovado das inquiridas sem recursos escolares e daquelas que estão ligadas à condição social agrícola, os sinais de mudança estão mais ou menos inscritos nos restantes perfis. No perfil tradicional (inovado) atenuado, a centralidade da criança na construção da família e a adesão a um modelo de descendência numerosa passam a ser acompanhadas do desejo, se bem que tímido, de domesticar a fecundidade, seja pela menor incidência de descendências muito numerosas e de nascimentos não planeados, seja pela maior definição dos projectos e pelo maior espaçamento entre os nascimentos. Nos perfis de transição, a tendência para a domesticação dos comportamentos procriativos é ligeiramente mais explícita e é reforçada pela “normatividade”, ou mesmo contenção, a nível das aspirações, representações e descendências. Os perfis modernos são, então, muito domesticados, pois pautam-se por um grande controlo da fecundidade. Mas enquanto que o perfil moderno dirigido encerra todos os traços que caracterizam a fecundidade dos anos 90 – pois não só é domesticado, como também definido e contido – o perfil moderno ambicioso vem clarificar que o processo de modernização da fecundidade em marcha – que parece caminhar naquele sentido – tem espaço, afinal, para projectos menos definidos – certamente assentes em outras prerrogativas¹⁸² –, e para a existência de ideais um pouco mais ambiciosos. Como referiu Segalen (1999) a respeito da sociedade francesa, o

¹⁸² Nomeadamente o adiamento das decisões neste domínio para momentos mais informados e já não a aceitação fatalista do destino biológico. Sobre as razões do projecto inicial indefinido ver Cunha (2000).

terceiro filho é hoje um sinal de distinção das classes mais favorecidas. No caso português, isto é verdade sobretudo a nível das aspirações e das representações, pois o terceiro filho continua a marcar presença essencialmente na fecundidade dos meios mais destituídos.

No domínio das funções, a leitura do tempo social tinha permitido dar conta da diluição da dimensão mais tradicional do lugar dos filhos, em grande medida pelo recuo de expectativas produtivas e assistenciais, mas também de mobilidade social. Quanto nos detemos nos contextos sociais, percebemos que este processo parece encerrar outros traços. A nível dos significados, a desvalorização crescente daquelas funções abre caminho, não para a emergência de outras, mas para a sua reafirmação na ordem simbólica. Falamos concretamente das funções expressivas – socializadora, de sociabilidade lúdica e de papel – e da identitária. Já a nível das práticas adivinham-se duas tendências. A primeira, que é uma tendência de fundo bem documentada, é a demissão dos filhos de um papel produtivo na esfera profissional: à medida que recua o sector primário, e em concreto a pequena exploração camponesa, recua também a mão-de-obra familiar; e o aumento progressivo dos capitais escolares também adia a entrada no mercado de trabalho. A segunda tendência é, então, para consolidar-se uma participação na esfera doméstica mais democrática e igualitária, assente numa partilha das tarefas entre os seus membros, mas onde os filhos têm um estatuto diferenciado, de participação mais atenuada.

Este duplo registo do lugar dos filhos nas famílias portuguesas contemporâneas – as profundas mudanças que ocorreram nas últimas décadas e a manutenção de lógicas distintas no espaço social – merece, então, mais algumas considerações.

A primeira prende-se com a fecundidade e nomeadamente com as descendências de filho único, que têm vindo a aumentar apesar de se encontrarem algo circunscritas às franjas sociais intermédias e activas. De facto, quando atendemos às características gerais da população inquirida, o que retemos é um cenário onde se destacam os baixos níveis de escolaridade, as classes menos favorecidas ligadas à indústria e ao terciário pouco qualificado e o expressivo número de mulheres que ainda passam por situações de inactividade¹⁸³. Mas com a alteração desta paisagem nacional dominada pelas fracas qualificações, no sentido do alongamento dos percursos escolares e do engrossamento

¹⁸³ 44% das inquiridas têm no máximo quatro anos de escolaridade; 27% são operárias e 14% são empregadas não qualificadas dos serviços; e 36% estiveram em algum momento fora do mercado de trabalho e 12% estiveram sempre.

das franjas sociais onde a limitação dos nascimentos é mas decisiva, estamos em crer que a fecundidade portuguesa tenderá a caminhar para valores mais próximos aos dos restantes países da Europa do Sul, que detêm os índices sintéticos mais baixos da UE 15 no momento actual. É uma hipótese a ponderar perante as descendências mais contidas das inquiridas que entraram na maternidade na segunda metade dos anos 80 e no início dos anos 90 do século XX.

A segunda consideração decorre da anterior e prende-se com a constatação das realidades antagónicas que se cruzam, afinal, na paisagem da fecundidade portuguesa contemporânea. Falamos dos “filhos a menos” (que têm a sua máxima expressão nas descendências de filho único), i.e., da dificuldade crescente, em alguns meios sociais, para concretizar ideais procriativos que nem sequer são ambiciosos, já que convergem para os dois filhos e raramente vão além dos três. E falamos dos “filhos a mais”, da dificuldade que subsiste em meios mais populares em adoptar um planeamento familiar consistente, o que ainda concorre, com frequência, para a constituição de descendências numerosas. Estas superam não apenas as aspirações relativamente modestas que aqui predominam, como os modelos abstractos mais ambiciosos. Estas tensões em sentidos opostos que atravessam o campo de acção individual e familiar que é a fecundidade merecem a nossa atenção, não só sociológica como também política. Há, portanto, que reflectir sobre as razões dos “filhos a menos”, sobre os obstáculos que se colocam à realização dos projectos procriativos nos nossos dias; mas também sobre as razões dos “filhos a mais”, sobre o que é que ainda está por fazer no domínio da educação sexual, de modo a permitir o pleno usufruto de um direito básico consagrado na Constituição Portuguesa, que é o direito ao planeamento familiar (Almeida, 2004; Miranda e Silva, 2000).

Passando do campo da fecundidade para o das funções, a primeira consideração prende-se com a existência confirmada de alguma contribuição instrumental por parte dos filhos no âmbito da vida familiar, preponderantemente de ordem doméstica, mas também de ordem económica e/ou em mão-de-obra. Face à situação mais comum, que é afinal as famílias não terem qualquer tipo de contribuição por parte dos filhos (pelos menos numa base regular¹⁸⁴), pode parecer pouco relevante concentrar esforços naquelas que, fugindo à norma, contam com a sua função produtiva. Mas esta é, na

¹⁸⁴ O inquérito não permite dar conta da existência de apoios ocasionais, nem na esfera doméstica nem na esfera profissional. No entanto, o quadro 3.53 parece apontar nesse sentido, embora seja apenas o levantar do véu dessa realidade.

verdade, uma realidade muito interessante e que importa aprofundar com estudos mais detalhados. E são várias as razões para tal. Antes de mais, pelo que diz da participação dos filhos em arenas que têm sido atribuídas apenas aos casais, como é esta da esfera da produção: ao deixar na sombra o papel mais ou menos importante que aqueles podem assumir tanto no domínio doméstico como no profissional, a perspectiva conjugalocêntrica da divisão do trabalho pago e não pago na família engendra, necessariamente, retratos enviesados da organização da vida doméstica.

Por outro lado, pelo que diz acerca do papel decisivo dos contextos sociais na diversidade de práticas que persiste nesta arena da vida familiar e em concreto na esfera profissional. São basicamente famílias de classes populares, pouco escolarizadas, que recebem dos filhos este tipo de contribuição instrumental, em grande medida devido aos percursos específicos destes jovens, que trocam cedo a escola pelo mercado de trabalho. O grosso desta contribuição será, então, de natureza económica, resultante de trabalho assalariado. Mas também há ajuda em mão-de-obra. E esta prende-se, especificamente, às famílias que são proprietárias dos seus meios de produção e que dependem da força de trabalho dos seus membros para a sobrevivência imediata ou a longo prazo do negócio ou da exploração familiar: antes de mais as famílias de camponesas, mas também de independentes e pequenas patroas. São também elas que mais valorizam a função produtiva dos filhos, não só porque é real a “ajuda em casa e no trabalho”, como o valor do trabalho é ainda peça essencial nas estratégias de socialização e de transmissão nestas famílias. São, sem dúvida, estas famílias que mais sentem a tensão entre o valor do trabalho e o valor da escola, ou seja, a importância dessa ajuda no seu quotidiano e a vontade de promover socialmente os filhos, que passa em primeira linha pelo sucesso escolar.

Por outro lado ainda, porque apesar de serem incontestáveis as mudanças que têm ocorrido na esfera produtiva (nomeadamente com a entrada da mulher no mercado de trabalho e com a entrada do homem no espaço doméstico), esta continua a ser um terreno fértil para pensar as desigualdades que aí se produzem e reproduzem, com destaque para as de género. Os sinais de mudança que despontam em alguns meios sociais – a participação significativa dos rapazes em tarefas tradicionalmente femininas em famílias dos sectores intermédios – o facto é que as raparigas continuam a predominar neste universo: começam a participar mais cedo, com mais intensidade e num leque mais diversificado de tarefas. Mas esta desigualdade persistente – que cria grandes assimetrias nas famílias com filhos de ambos os sexos – anda a par de outra,

que é a entrada mais precoce dos rapazes no mercado de trabalho, enquanto que as raparigas permanecem mais tempo e com mais sucesso no sistema de ensino. São eles, então, os protagonistas do trabalho profissional. Há, pois, que reflectir sobre estas desigualdades – que traduzem uma certa reprodução de papéis de género – que se sobrepõem à ideologia da igualdade que está implícita na representação sobre o lugar dos filhos nas famílias contemporâneas.

Por fim, porque é importante perceber com rigor os significados intrínsecos das duas esferas produtivas, pois deparámo-nos com uma hierarquia de valores entre elas: a contribuição económica ou em mão-de-obra é mais valorizada do que a doméstica, apesar desta última ser na prática mais frequente. Com efeito, a doméstica não só é mais difusa como se articula a uma norma de partilha atenuada tão consensual que não marca clivagens assinaláveis. Ora, a concepção que os filhos não são actores de primeira linha no desempenho das tarefas, mas também que não devem ser poupados às mesmas, parece apontar, afinal, para a emergência de um novo lugar para os filhos num espaço doméstico também ele em reconfiguração: espaço mais democrático e inclusivo, onde o trabalho doméstico passa a ser, à semelhança dos lazeres, uma arena de maior partilha do quotidiano (Aboim, 2004/2006). De tal maneira assim é que, mesmo nas famílias que se caracterizam pela excepcionalmente diminuta participação de filhos e filhas nas tarefas domésticas¹⁸⁵ – em resultado de um recurso generalizado à empregada doméstica –, as inquiridas abraçam a norma da partilha atenuada e não, como seria legítimo pensar, a ideia de isentá-los dessas atribuições.

Por fim, não podemos deixar de fazer uma menção ao efeito do ciclo de vida no lugar dos filhos na família. Não estando no centro do nosso modelo analítico, tornou-se incontornável quando procurámos indagar se as características da descendência ditam, de alguma maneira, as funções que os filhos desempenham no quadro da vida familiar. Deparámo-nos com um quadro valorativo completamente impermeável ao género ou à dimensão da descendência, mas não à idade dos filhos. Na verdade, a par desta grande uniformidade de valores, há funções (poucas) que “crescem” com os filhos, i.e., que só começam a fazer sentido num dado momento do ciclo de vida, como é o caso da função produtiva. Efectivamente, até aos 10 anos os filhos são poupados a qualquer atribuição instrumental, de tal modo que podemos dizer, tal como Sarmiento (2000), que a infância é um tempo de “não trabalho” na sociedade portuguesa contemporânea. Mas após este

¹⁸⁵ Bem como do marido, como constatou Aboim (2004).

período, em regra mais protegido, há dois grandes marcos de viragem na vida das famílias: entre os 11 e os 15 anos, com a chegada à adolescência, começam a desenhar-se as expectativas das inquiridas, bem como a participação efectiva de filhos e filhas na esfera doméstica; entre os 16 e os 20 anos consolidam-se tanto as expectativas como a participação doméstica e tem início, então, a contribuição económica e em mão-de-obra, quando o termo da escolaridade obrigatória coloca os jovens perante a possibilidade de entrarem no mercado de trabalho. Não obstante as desigualdades sociais e de género que se cruzam e se sobrepõem neste pano de fundo, estes são, sem dúvida, dois momentos-chave na redefinição do lugar dos filhos na família. Ora, deste levantar do véu sobre as mudanças que aí ocorrem sobrevém, então, um último desafio: investigar o lugar dos filhos à luz do ciclo de vida familiar e assim dar visibilidade às dinâmicas que estes “retratos” apenas sugerem.

BIBLIOGRAFIA

AAVV (1995), *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 42, (nº temático «A Sociedade-Providência»).

Aboim, Sofia (1997), “Interacções e dinâmicas de relações familiares: de modelos analíticos e tipos de famílias”, *Documento de Trabalho do Projecto «FPC»*, Lisboa, ICS (policopiado).

Aboim, Sofia (2004), *Conjugalidades em Mudança. Percursos, Orientações e Dinâmicas da Vida a Dois*, tese de doutoramento em Sociologia, Lisboa, ISCTE (policopiado).

Aboim, Sofia (2005a), “Dinâmicas de interacção e tipos de conjugabilidade”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interacções, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 231-302.

Aboim, Sofia (2005b), “A formação do casal: formas de entrada e percursos conjugais”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interacções, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 85-116.

Aboim, Sofia (2005c), “As orientações normativas da conjugabilidade”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interacções, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 169-229.

Aboim, Sofia, Vanessa Cunha e Pedro Vasconcelos (2005), “Um primeiro retrato das famílias em Portugal”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interacções, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 51-81.

Aboim, Sofia (2006), *Conjugalidades em Mudança*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Abrantes, Pedro (2003), “Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 41, pp. 93-118.

Almeida, Ana Nunes (1993), *A Fábrica e a Família: Famílias Operárias no Barreiro*, Barreiro, Câmara Municipal do Barreiro.

Almeida, Ana Nunes e Maria das Dores Guerreiro (1993), “A Família”, em Luís de França (coord.), *Portugal, Valores Europeus e Identidade Cultural*, s.l., Instituto de Estudos para o Desenvolvimento (col. «Cadernos I.E.D.»), pp. 181-219.

Almeida, Ana Nunes, Isabel André, Filipa Ferrão e Cristina Ferreira (1995), *Os Padrões Recentes da Fecundidade em Portugal*, Lisboa, CIDM (col. «Cadernos da Condição Feminina n° 41»).

Almeida, Ana Nunes e Karin Wall (1995), “A Família” em Eduardo Ferreira e Helena Rato (coords.), *Portugal Hoje*, Lisboa, INA, pp. 33-53.

Almeida, Ana Nunes (1997), “Crianças e Famílias no Portugal Contemporâneo”, *Documento de Trabalho do Projecto «FPC»*, Lisboa, ICS (policopiado).

Almeida, Ana Nunes, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall (1998), “Relações Familiares: Mudança e Diversidade”, em José Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 45-78.

Almeida, Ana Nunes (2000), “Olhares sobre a infância: pistas para a mudança”, em CESC/IEC (eds.), *Congresso Internacional Os Mundos Sociais da Infância – Actas*, vol. II, Braga, CESC/IEC, pp. 7-18.

Almeida, Ana Nunes, Isabel André e Helena Nunes Almeida (2001), *Famílias e Maus Tratos às Crianças em Portugal. Relatório Final*, Lisboa, Assembleia da República.

Almeida, Ana Nunes e Karin Wall (2001), “Família e Quotidiano: movimentos e sinais de mudança”, em José Brandão de Brito (coord.), *O País em Revolução – Revolução e Democracia*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 277-307.

Almeida, Ana Nunes, Isabel André e Piedade Lalanda (2002), “Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal”, *Análise Social*, nº 163 (nº temático «Famílias»), pp. 371-409.

Almeida, Ana Nunes (2003), “Família, Conjugalidade e Procriação: Valores e Papéis”, em Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, pp. 50-93.

Almeida, Ana Nunes (coord.), Duarte Vilar, Isabel André e Piedade Lalanda (2004), *Fecundidade e Contraceção. Percursos de Saúde Reprodutiva das Mulheres Portuguesas*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Almeida, Ana Nunes, Isabel André e Vanessa Cunha (2005), “Filhos e filhas: uma diferente relação com a escola”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 517-550.

Almeida, João Ferreira, José Machado Pais, Anália Torres, Fernando Luís Machado, Paulo Antunes Ferreira, João Sedas Nunes (1996), *Jovens de Hoje e de Aqui. Resultados do Inquérito à Juventude do Concelho de Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures/Departamento Sócio-Cultural (col. «Cadernos Estudos Locais»).

Anderson, J. E. (1981), “Planning status of marital births, 1975-76”, *Family Planning Perspectives*, 13 (2), pp. 63-70.

Ariès, Philippe (1971), *Histoire des Populations Françaises et de Leur Attitudes Devant la Vie Depuis le XVIII^e Siècle*, Paris, Seuil.

Ariès, Philippe (1988 [1960]), *A Criança e a Vida Familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio d'Água.

Attias-Donfut, Claudine (1995), “Le double circuit des transmissions”, em Claudine Attias-Donfut (dir.), *Les Solidarités entre Générations. Vieillesse, Familles, État*, Paris, Éditions Nathan, (col. «Essais & Recherches»), pp. 41-81.

Attias-Donfut, Claudine e Martine Segalen (2002), “The construction of grandparenthood”, *Current Sociology*, vol. 50, nº 2, monograph 1 («Filiation and Identity: Towards a Sociology of Intergenerational Relations»), pp. 281-294.

Attias-Donfut, Claudine, Nicole Lapierre e Martine Segalen (2002), *Le Nouvel Esprit de Famille*, Paris, Éditions Odile Jacob.

Badinter, Elisabeth (s.d. [1980]), *O Amor Incerto. História do Amor Maternal do Século XVII ao Século XX*, Lisboa, Relógio d'Água.

Bandeira, Mário (1996), *Demografia e Modernidade: Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Bardet, Jean-Pierre e Jacques Dupâquier (1986), “Contraception: les Français les premiers, mais pourquoi? ”, *Communications*, nº 44, pp. 3-33.

Barreto, António e Clara Preto (1996), “Indicadores da evolução social”, em António Barreto (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Edições ICS, pp. 61-162.

Barreto, António (2000), “Portugal e a Europa: quatro décadas”, em António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1999 – Volume II*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 37-75.

Barreto, António e Clara Preto (2000), “Indicadores Sociais: União Europeia, 1960-2000”, em António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1999 – Volume II*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 249-418.

Barreto, António (org.) (1996), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Edições ICS.

Barreto, António (org.) (2000), *A Situação Social em Portugal 1960-1999 – Volume II*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Barthélémy, Martine, Anne Muxel e Annick Percheron (1986), “Et si je vous dis famille...Note sur quelques représentations sociales de la famille”, *Revue Française de Sociologie*, XXVII, pp. 697-718.

Bassand, Michel e Jean Kellerhals (1975), *Familles Urbaines et Fécondité*, Genève, Librairie de l'Université – Georg.

Bawin-Legros, Bernadette e Anne Gauthier (1992), “Les relations inter-générationnelles: grand-parents dans la rupture et la continuité”, em GREF/AISLF, *Familles et Contextes Sociaux. Les Espaces et les Temps de la Diversité – Actes du Colloque de Lisbonne*, Lisboa, CIES/ISCTE, O Canto da Página – Editora e Artes Gráficas, pp. 247-259.

Bawin-Legros, Bernadette, Anne Gauthier e Jean-François Stassen (1997), “Les déterminants sociaux des valeurs éducatives des mères”, em Bernadette Bawin-Legros (dir.), *PSBH: Bilan de Cinq Vagues*, Liège, Université de Liège (policopiado).

Bawin-Legros, Bernadette (2002), “Introduction – Filiation and Identity: Towards a Sociology of Intergenerational Relations”, *Current Sociology*, vol. 50, nº 2, monograph 1 («Filiation and Identity: Towards a Sociology of Intergenerational Relations»), pp. 175-183.

Becker, Gary (1960), “An economic analysis of fertility”, em National Bureau of Economic Research, *Demographic and Economic Change in Developed Countries*, Princeton, Princeton University Press, pp. 209-240.

Becker, Gary (1993), *A Treatise on the Family*, Cambridge and Massachusetts, Harvard University Press.

Björnberg, Ulla (1995), “Family orientation among men: fatherhood and partnership in a process of change”, em Julia Brannen and Margaret O’Brien (eds.), *Childhood and Parenthood*, Londres, University of East London, pp. 27-44.

Blake, Judith (1968), “Are babies consumer durables? A critique of the economic theory of reproductive motivation”, *Population Studies*, vol. 22, nº 1, pp. 5-25.

Bourguignon, Odile (1987), “La Question de l’Enfant”, *L’Année Sociologique*, 37, pp. 93-118.

Burgess, Ernest, Harvey Locke e Mary Margaret Thomes (1960), *The Family, from Institution to Companionship*, Nova Iorque, American Book.

Burguière, André (1972), “De Malthus à Max Weber: le mariage tardif et l’esprit d’entreprise”, *Annales ESC*, 4-5, pp. 1128-1138.

Cabral, Manuel Villaverde (coord.), Pedro Alcântara Silva e Hugo Mendes (2002), *Saúde e Doença em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Capucha, Luís, Ana Sofia Marques, José Luís Castro, Carlos Pereira e Paula Monteiro (2002), “Vulnerabilidade à exclusão social”, em DEPP/MTS, *Portugal 1995–2000. Perspectivas de Evolução Social*, Oeiras, Celta Editora.

Carrilho, Maria José e Cristina Gonçalves (2004), “Dinâmicas Territoriais do Envelhecimento: análise exploratória dos resultados dos Censos 91 e 2001”, *Revista de Estudos Demográficos*, nº 36, INE, pp. 175-191.

Carrilho, Maria José e Lurdes Patrício (2004), “A Situação Demográfica Recente em Portugal”, *Revista de Estudos Demográficos*, nº 36, INE, pp. 127-151.

Challier, Marie-Christine (1986), “Du malthusianisme ascétique à l’économie familiale (1680-1914)”, *Communications*, nº 44, pp. 71-85.

Chauveau, Catherine (1999), “5 mg d’hormones qui ont tout change”, *Science & Vie*, nº 979, pp. 156-161.

Cogswell, Betty e Marvin Sussman (1979), “Family and Fertility: The Effects of Heterogeneous Experience”, em Wesley Burr (ed.), *Contemporary Theories About the Family*, vol. 1, Nova Iorque, Free Press, pp. 180-202.

Malpas, Nicole et Pierre-Yves Lambert (1993), *Les Européens et la Famille – Eurobarometre 39.0*, Bruxelles, Commission des Communautés Européennes.

IEFP (2001), *Classificação Nacional das Profissões – versão 1994*, Lisboa, IEFP (2ª ed.).

Cunha, Vanessa (1997), “O Lugar da Criança nas Famílias do Portugal Contemporâneo”, *Documento de Trabalho do Projecto «FPC»*, Lisboa, ICS (policopiado).

Cunha, Vanessa (1998), *Sobre a Identidade e a Morte. Histórias Macaenses*, Macau, Instituto Cultural de Macau.

Cunha, Vanessa (1999), “A Morte do Outro: Mudança e Diversidade nas Atitudes Perante a Morte”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 31, pp. 103-128.

Cunha, Vanessa (2000), *O Lugar da Criança nas Famílias Portuguesas. Uma Análise Sociológica da Fecundidade*, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais (policopiado).

Cunha, Vanessa (2002), “Recensão do Inquérito à Fecundidade e Família 1997 (resultados preliminares) (1998) e do Inquérito à Fecundidade e Família. Resultados Definitivos (2001)”, *Análise Social*, nº 163, pp. 686-694 (nº temático «Famílias»).

Cunha, Vanessa (2005a), “A Fecundidade das Famílias”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 395-464.

Cunha, Vanessa (2005b), “As Funções dos Filhos na Família”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 465-497.

Cunha, Vanessa (prelo), “O Filho Único na Sociedade Portuguesa Contemporânea: descendência ideal ou descendência possível?” em APS, *Actas do Colóquio Internacional «Família, Género e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas»*, Lisboa, APS.

Dagenais, Daniel (1999), “Le rapport à l’enfant dans la famille moderne”, *Recherches Sociologiques*, nº 3, pp.69-85.

DECO Proteste (2005), “Infertilidade: 500 mil casais à espera da cegonha”, *Teste Saúde*, nº 58, pp. 13-17.

DECO Proteste (2006), “Sexualidade: portugueses satisfeitos, mas em risco”, *Teste Saúde*, nº 60, pp. 18-23.

Eurostat (1995), *Demographic Statistics 1995*, Official Publications of the European Communities.

Eurostat (2000), *First demographic estimates for 2000* (col. «Statistics in Focus: Population and Social Conditions», 16).

Eurostat (2001a), *First demographic estimates for 2001* (col. «Statistics in Focus: Population and Social Conditions», 19).

Eurostat (2001b), *European Social Statistics: Demography*, Luxemburgo, European Communities.

Eurostat (2002), *First demographic estimates for 2002* (col. «Statistics in Focus: Population and Social Conditions», 25).

Eurostat (2004), *First demographic estimates for 2003* (col. «Statistics in Focus: Population and Social Conditions», 1).

Eurostat (2005), “Europe in figures”, *Eurostat Yearbook 2005*, <http://epp.eurostat.cec.eu.int> (04/2006).

Eurostat (2006), *First demographic estimates for 2005* (col. «Statistics in Focus: Population and Social Conditions», 1).

Ferrão, João (1996), *A Demografia Portuguesa*, Cadernos do Público, nº 6, s.l., Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Público.

Ferrão, João e Fernando Honório (coords.), Ana Nunes de Almeida, Dora Possidónio, Filipa Ferrão e Isabel André (2001), *Saída Prematura do Sistema Educativo: Aspectos da Situação, Causas e Perspectivas em Termos de Emprego e Formação*, Lisboa, Observatório do Emprego e da Formação Profissional (col. «Estudos e Análises» nº 36).

Ferreira, Paulo Antunes (1996), “Escola”, em João Ferreira de Almeida et al., *Jovens de Hoje e de Aqui. Resultados do Inquérito à Juventude do Concelho de Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures/Departamento Sócio-Cultural (col. «Cadernos Estudos Locais»), pp. 83-105.

Ferreira, Pedro Moura e Sofia Aboim (2002), “Modernidade, laços conjugais e fecundidade: a evolução recente dos nascimentos fora do casamento”, *Análise Social*, nº 163 (nº temático «Famílias»), pp. 411-446.

Fialho, José António Sousa (coord.) (2000), *Trabalho Infantil em Portugal – Caracterização Social dos Menores em Idade Escolar e suas Famílias (Relatório Final)*, Lisboa, DETEFP/MTS (policopiado).

Fialho, José António Sousa (coord.) (2003), *Trabalho Infantil em Portugal 2001 – Caracterização Social dos Agregados Familiares Portugueses com Menores em Idade Escolar*, Lisboa, SIETI/MSST.

Figueiredo, Alexandra, Catarina Silva e Vítor Ferreira (1999), *Jovens em Portugal. Análise longitudinal de fontes estatísticas (1960-1997)*, Oeiras, Celta Editora.

Gauthier, Anne (2002), “The role of grand-parents”, *Current Sociology*, vol. 50, n° 2, monograph 1 («Filiation and Identity: Towards a Sociology of Intergenerational Relations»), pp. 295-307.

Gélis, Jacques (1984), *L'Arbre et le Fruit. La Naissance dans l'Occident Moderne, XVI^e-XIX^e Siècle*, Paris, Fayard.

Gélis, Jacques (1990), “A individualização da criança”, em Philippe Ariès e Georges Duby (orgs.), *História da Vida Privada*, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento, pp. 311-329.

Ghiglione, Rodolphe e Benjamin Matalon (1992), *O Inquérito: Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.

Girard, Alain (1976), “Dimension ideale de la famille et tendances de la fécondité: comparaisons internationales”, *Population*, 6, pp. 1119-1146.

Godbout, Jacques (1992), *L'Esprit du Don*, Paris, Éditions la Découverte.

Gokalp, Catherine (1978), “Le réseau familial”, *Population*, n° 6, pp. 1077-1093.

Goldscheider, Frances e Linda Waite (1991), *New Families, No Families? The Transformation of the American Home*, Berkeley, University of California Press.

Guerreiro, Maria das Dores (org.) (1996), *Famílias na Actividade Empresarial. PME em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.

Guerreiro, Maria das Dores (org.) (1998), *Trabalho, Família e Gerações – Conciliação e Solidariedades*, Lisboa, CIES/ISCTE.

Guerreiro, Maria das Dores (2001), “Emprego em serviços familiares”, *Sociedade e Trabalho*, nº 12-13, pp. 91-106.

Goode, William (1970), *World Revolution and Family Patterns*, Nova Iorque, Free Press.

Giddens, Anthony (1995), *Transformações da Intimidade. Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas*, Oeiras, Celta Editora.

Heaton, Tim, Cardell Jacobson e Kimberlee Holland (1999), “Persistence and change in decisions to remain childless”, *Journal of Marriage and the Family*, 61, pp. 531-539.

Hespanha, Pedro (1995), “Vers une société providence simultanément pré- et post-moderne. L'état des solidarités intergénérationnelles au Portugal”, em Claudine Attias-Donfut (dir.), *Les Solidarités entre Générations. Vieillesse, Familles, État*, Paris, Éditions Nathan, (col. «Essais & Recherches»), pp. 209-221.

Hoffman, L. W. e M. L. Hoffman (1973), “The value and cost of children to parents”, em James Fawcett (ed.), *Psychological Perspectives on Population*, Nova Iorque, Basic Books, pp. 19-76.

Houseknecht, Sharon K. (1987), “Voluntary Childlessness” em Marvin Sussman e Suzanne Steinmetz (eds.), *Handbook of Marriage and the Family*, Nova Iorque, Plenum Press, pp. 369-396.

INE (1998), *Inquérito à Fecundidade e Família 1997 (resultados preliminares)*, Lisboa, INE.

INE (2000), *A Mortalidade Infantil em Portugal – 1999 (resultados definitivos)*, em Internet – www.ine.pt (destaque do INE em 26 de Julho de 2000).

INE (2001), *Inquérito à Fecundidade e Família. Resultados Definitivos*, Lisboa, INE.

INE (2002), *Mulheres e Homens em Portugal nos Anos 90*, Lisboa, INE.

INE (2003), *Portugal Social 1991-2001*, Lisboa, INE.

INE (2005), *Anuário Estatístico de Portugal de 2004*, Lisboa, INE.

INED (1997), “La construction démographique de l’Union européenne”, *Population & Sociétés*, n° 330, Décembre, pp. 1-8.

Jenks, Chris, Jens Qvortrup, Irene Rizzini e Barrie Thorne (2000), “Editorial: Children’s places and spaces in the world”, *Childhood. A global journal of child research*, vol. 7, n° 1, pp. 5-10.

Joaquim, Teresa (1983), *Dar à Luz*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Kellerhals, Jean e Willy Pasini (1976), *Le Sens de l’Avortement. Etude Psycho-Sociologique*, Genève, Librairie de l’Université Georg et Cie S.A.

Kellerhals, Jean-François Perrin, Geneviève Steinauer-Cresson, Laura Voneche e Geneviève Wirth (1982), *Mariages au Quotidien: Inégalités Sociales, Tensions Culturelles et Organisation Familiale*, Lausanne, Editions Pierre-Marcel Favre (col. «Regards Sociologiques»).

Kellerhals, Jean (1987), “Les Types d’Interactions dans la Famille”, *L’Année Sociologique*, 37, pp. 153-179.

Kellerhals, Jean, Pierre-Yves Troutot e Emmanuel Lazega (1989), *Microsociologia da Família*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

Kellerhals, Jean e Cleopatre Montandon (1991), *Les Stratégies Éducatives des Familles: Milieu Social, Dynamique Familiale et Éducation des Pré-adolescents*, Paris, Delachaux et Niestlé.

Lalanda, Piedade (2003), *Transições Familiares e Construção da Identidade das Mulheres*, tese de doutoramento em Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais (policopiado).

Lalanda, Piedade (2005), “Transições familiares e identidade das mulheres”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 363-391.

Lebrun, François (s.d.), *A Vida Conjugal no Antigo Regime*, Lisboa, Edições Rolim.

Lebrun, François (1986), “La Place de l’Enfant dans la Société Française depuis le XVI^e Siècle”, *Communications*, n° 44, pp. 247-257.

Leridon, Henri (1983), “Le désir d’enfants: souhaits et réalités”, *Contraception, Fertilité, Sexualité*, 11 (7-8), pp. 931-935.

Leridon, Henri (1987a), “Deux siècles de régulation des naissances”, em Henri Leridon, Yves Charbit, Philippe Collomb, Jean-Paul Sardon e Laurent Toulemon, *La Seconde Révolution Contraceptive. La régulation des naissances en France de 1950 à 1985*, Paris, INED/PUF (col. «Travaux et Documents»), pp. 7-16.

Leridon, Henri (1987b), “Un bilan: moins de naissances non désirées, et moindre désir d’ enfants”, em Henri Leridon, Yves Charbit, Philippe Collomb, Jean-Paul Sardon e Laurent Toulemon, *La Seconde Révolution Contraceptive. La régulation des naissances en France de 1950 à 1985*, Paris, INED/PUF (col. «Travaux et Documents»), pp. 267-283.

Leridon, Henri (1991), “La maîtrise de la fécondité”, *Futuribles*, Avril, pp. 41-49.

Loux, F. (1978), *Le Jeune Enfant et Son Corps dans la Médecine Traditionnelle*, Paris, Flammarion.

Lutz, Wolfgang (ed.) (1997), *FAMSIM – Austria. Feasibility Study for a Dynamic Microsimulation Model for Projections and the Evaluation of Family Policies Based on the European Family and Fertility Survey*, Viena, Austrian Institute for Family Studies.

Machado, Fernando Luís e João Ferreira de Almeida (1996), “Perfis Sociais”, em João Ferreira de Almeida et al., *Jovens de Hoje e de Aqui. Resultados do Inquérito à Juventude do Concelho de Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures/Departamento Sócio-Cultural (col. «Cadernos Estudos Locais»), pp. 17-34.

Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa (1998), “Processos de uma Modernidade Inacabada”, em José Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, pp. 17-44.

Manke, Beth, Brenda Seery, Ann Crouter e Susan McHale (1994), “The three corners of domestic labor: mothers’, fathers’, and children’s weekday and weekend housework”, *Journal of Marriage and the Family*, nº 56, pp. 657-668.

McAllister, Fiona e Lynda Clarke (1998), *Choosing Childlessness*, Londres, Family Policy Studies Centre / Joseph Rowntree Foundation.

McLaren, Angus (1997), *História da Contraceção. Da Antiguidade à Actualidade*, Lisboa, Terramar.

Mendes, Maria Filomena (1987), “Algumas questões teóricas e metodológicas sobre o custo económico da criança”, *Análise Social*, nº 96, pp. 311-332.

Miller, Brent (1987), “Marriage, Family, and Fertility”, em Marvin Sussman e Suzanne Steinmetz (eds.), *Handbook of Marriage and the Family*, Nova Iorque, Plenum Press, pp. 565-595.

Miller, Warren (1978), “The intendedness and wantedness of the first child”, em Warren Miller e Lucile Newman (eds.), *The First Child and Family Formation*, Chapel Hill, University of North Carolina Press, pp. 209-243.

Miranda, Jorge e Jorge Pereira Silva (2000), *Constituição da República Portuguesa – 4.ª revisão*, Cascais, PRINCIPIA, Edições Universitárias e Científicas (2ª ed., revista).

Morel, Marie-France (1992), “L’entrée dans la parentalité: approche historique”, em François de Singly (dir.), *La Famille: L’État des Savoirs*, Paris, Éditions la Découverte, pp. 115-123.

Munoz-Perez, Francisco (1986), “Changements récents de la fécondité en Europe Occidentale et nouveaux traits de la formation des familles”, *Population*, 3, pp. 447-462.

Munoz-Perez, Francisco (1987), “Le déclin de la fécondité dans le sud de l’Europe”, *Population*, 6, pp. 991-942.

Nunes, João Arriscado (1988), “Les transformations recentes de la famille et du menage au Portugal (1960-1981)”, em António Custódio Gonçalves, António Teixeira Fernandes e Christian Lalive d’Epinay (dirs.). *La Sociologie et les Nouveaux Défis de la Modernisation*, Porto, AISLF/Faculdade de Letras do Porto.

Nunes, João Arriscado (1995), “Com mal ou com bem, aos teus te até: as solidariedades primárias e os limites da sociedade-providência”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 42, pp. 5-25.

Pappámikail, Lia (2004), “Relações intergeracionais, apoio familiar e transições juvenis para a vida adulta” *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 46, pp. 91-116.

Parsons, Talcott e Robert Bales (1955), *Family, Socialization and Interaction Process*, Nova Iorque, Free Press.

Parsons, Talcott (1955), “The American family: its relations to personality and the social structure”, em Talcott Parsons e Robert Bales, *Family, Socialization and Interaction Process*, Nova Iorque, Free Press, pp. 3-21.

Perista, Heloísa (2002), “Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens”, *Análise Social*, nº 163 (nº temático «Famílias»), pp. 447-474.

Pestana, Catalina (2000), “Se Maomé não vai à montanha... vai a montanha a Maomé... (a pretexto da exploração do trabalho infantil)”, em CESC/IEC (eds.), *Congresso Internacional Os Mundos Sociais da Infância – Actas*, vol. II, Braga, CESC/IEC, pp. 93-101.

Pestana, Maria Helena e João Nunes Gajeiro (2000), *Análise de Dados para Ciências Sociais – A Complementaridade do SPSS*, Lisboa, Edições Sílabo.

Pina Cabral, João (1991), *Os Contextos da Antropologia*, Lisboa, Difel.

Pina Cabral, João (1997), “Houses and Legends: Family as Community of Practice in Urban Portugal”, em Marianne Gullestad, e Martine Segalen (eds.). *Social Change in Western Europe: Family and Kinship in Europe*, Londres/Washington, Pinter, pp. 77-103.

Pinto, Graça Alves (1998), *O Trabalho das Crianças. De pequenino é que se torce o pepino (e o destino)*, Oeiras, Celta Editora.

Pitrou, Agnès (1977), “Le soutien familial dans la société urbaine”, *Revue Française de Sociologie*, vol. 18, nº1, pp. 47-84.

Pitrou, Agnès (1978), *Vivre sans Famille? Les Solidarités Familiales dans le Monde d’Aujourd’Hui*, Toulouse, Ed. Privat.

Poeschl, Gabrielle (2000), “Famílias e trabalho doméstico: práticas, normas e ideais”, *Análise Social*, nº156, pp. 695-719.

Portugal, Sílvia, (1995), “As mãos que embalam o berço: um estudo sobre as redes informais de apoio à maternidade”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 42, pp. 155-178.

Prioux, France (1999), “L’évolution démographique récente”, *Population*, 3, pp. 449-466.

Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

Ramalho, Paulo (1999), *Tempos Difíceis – Tradição e Mudança na Serra do Açor*, Porto, Câmara Municipal de Arganil / Museu Etnográfico.

Regt, Ali de (1995), “Board and lodging: from financial need to educational device”, em Julia Brannen e Margaret O’Brien (eds.), *Childhood and Parenthood*, Londres, University of East London, pp. 117-130.

Rosa, Maria João Valente (1998), “Notas sobre a população – a propósito da evolução recente do número de nascimentos”, *Análise Social*, nº 145, pp. 183-188.

Rosa, Maria João Valente (2000), “Portugal e a União Europeia, do ponto de vista demográfico, a partir de 1960”, em António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal 1960-1999 – Volume II*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 419-451.

Rosa, Maria João Valente e Cláudia Vieira (2003), *A População Portuguesa no Século XX. Análise dos Censos de 1900 a 2001*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais (coleção «Breve: Demografia»).

Rosa, Maria João Valente, Hugo Seabra e Tiago Santos (2004), *Contributos dos "Imigrantes" na Demografia Portuguesa: o papel das populações de nacionalidade estrangeira*, Lisboa, Observatório da Imigração/ACIME.

Rousseau, Jean-Jacques (1990 [1762]), *Emílio*, vol. I-II, Mem Martins, Publicações Europa-América.

Roussel, Louis (1975), *Le Mariage dans la Société Française Contemporaine – faits de population, données d’opinion*, Paris, INED/PUF (col. «Travaux et Documents»).

Roussel, Louis e Odile Bourguignon (1976), *La Famille Après le Mariage des Enfants. Étude des Relations entre Générations*, Paris, PUF/INED (col. «Travaux et Documents, nº 78»).

Roussel, Louis (1989), *La Famille Incertaine*, Paris, Éditions Odile Jacob.

Roussel, Louis (1992), “La famille en Europe Occidentale: divergences et convergences”, *Population*, 1, pp. 133-152.

Rufino, Ana Afonso e Rute Gonçalves (2000), “Mães Adolescentes”, *Cidade Solidária. Revista da Santa Casa da Misericórdia*, Lisboa, nº 4, ano III (1º semestre), pp. 39-43.

Santos, Boaventura Sousa (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia”, em Boaventura Sousa Santos (org.), *Portugal: Um Retrato Singular*, Porto, Afrontamento, pp. 15-56.

São José, José Manuel (1997), *Doença Mental em Casa, Trancas à Porta: Um estudo sociológico sobre o suporte social das famílias de pessoas com esquizofrenia*, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa (policopiado).

Saraceno, Chiara (1997), *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Presença.

Sarmento, Manuel, Eduardo Meira, Olívia Neiva, Altina Ramos e Ana Margarida Costa (1997), “A escola e o trabalho em tempos cruzados”, em Manuel Pinto e Manuel Sarmento, *As Crianças. Contextos e Identidades*, Braga, Bezerra-Editora, pp.267-293.

Sarmento, Manuel (2000), “Os ofícios da criança”, em CESC/IEC (eds.), *Congresso Internacional Os Mundos Sociais da Infância – Actas*, vol. II, Braga, CESC/IEC, pp. 125-145.

Sarmento, Manuel, Alexandra Bandeira e Raquel Dores (2000), *Trabalho Domiciliário Infantil. Um Estudo de Caso no Vale do Ave*, Lisboa, MTS/PEETI (col. «Cadernos PEETI», nº2).

Sebastião, João (1998), *Crianças de Rua. Modos de Vida Marginais na Cidade de Lisboa*, Oeiras, Celta Editora.

Seabra, Teresa (1994), *Estratégias de Socialização das Crianças: Etnicidade e Classes Sociais*, Dissertação de Mestrado em Sociologia, Lisboa, ISCTE (policopiado).

Segalen, Martine (1981), *Sociologie de la Famille*, Paris, Armand Colin.

Segalen, Martine (1995), “Continuités et discontinuités familiales: approche socio-historique du lien intergénérationnel”, em Claudine Attias-Donfut (dir.), *Les Solidarités entre Générations. Vieillesse, Familles, État*, Paris, Éditions Nathan, (col. «Essais & Recherches»), pp. 27-40.

Segalen, Martine (1999), *Sociologia da Família*, Lisboa, Terramar.

Sennet, Richard (1979), *Les Tyrannies de l'Intimité*, Paris, Seuil.

Shorter, Edward (1977), *La Naissance de la Famille Moderne*, Paris, Le Seuil.

Shorter, Edward (2001), *A Formação da Família Moderna*, Lisboa, Terramar.

Singly, François (1992), *L' Enquête et ses Méthodes: Le Questionnaire*, Paris, Éditions Nathan.

Singly, François (1993), *Sociologie de la Famille Contemporaine*, Paris, Éditions Nathan (col. «128»).

Singly, François (1996), *Le Soi, le Couple et la Famille*, Paris, Éditions Nathan (col. «Essais & Recherches»).

Singly, François, Claude Martin, Anne Muxel, Isabel Bertaux-Wiame, Margaret Maruani, Jacques Commaille (dirs.) (1996), *La Famille en Questions. État de la Recherche*, Paris, Syros.

Sobral, José Manuel (1999), *Trajectos: o Presente e o Passado na Vida de uma Freguesia da Beira*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, (col. «Análise Social»).

Testa, Maria Teresa (2002), *Attitudes of Europeans Towards Fertility: Ideals, Desires, Intentions and Realizations*, Report for Eurobarometer 56.2, Viena, Institute for Demography/Austrian Academy of Sciences (policopiado).

Théry, Irène (1993), *Le Démariage: Justice et Vie Privée*, Paris, Éditions Odile Jacob.

Torres, Anália (1996a), “Trabalho e Profissão”, em João Ferreira de Almeida et al., *Jovens de Hoje e de Aqui. Resultados do Inquérito à Juventude do Concelho de Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures/Departamento Sócio-Cultural (col. Cadernos Estudos Locais), pp.57-79.

Torres, Anália (1996b), “Família”, em João Ferreira de Almeida et al., *Jovens de Hoje e de Aqui. Resultados do Inquérito à Juventude do Concelho de Loures*, Loures, Câmara Municipal de Loures/Departamento Sócio-Cultural (col. Cadernos Estudos Locais), 109-127.

Torres, Anália e Francisco Vieira Silva (1998), “Guarda das crianças e divisão do trabalho entre homens e mulheres”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, nº 27, pp. 9-65.

Torres, Anália (1999), “Políticas Sociais e a Questão do Acolhimento das Crianças em Portugal”, *Cadernos de Política Social*, nº 1, Junho, pp. 45-90.

Torres, Anália (2001), *Sociologia do Casamento. A Família e a Questão Feminina*, Oeiras, Celta Editora.

Toulemon, Laurent (1995), “Très peu de couples restent volontairement sans enfants”, *Population*, 4-5, pp. 1079-1110.

Vala, Jorge, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (org.) (2003), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Vala, Jorge (2003), “Introdução”, em Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos (orgs.), *Valores Sociais: Mudanças e Contrastes em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, pp. 27-44.

Vasconcelos, Pedro (1997), “Relações de parentesco, solidariedades e trocas intergeracionais”, *Documento de Trabalho do Projecto «FPC»*, Lisboa, ICS (policopiado).

Vasconcelos, Pedro (1998), “Vida familiar”, em José Machado Pais (ed.), *Gerações e Valores na Sociedade Portuguesa Contemporânea*, Lisboa, ICS.

Vasconcelos, Pedro (2005), “Redes Sociais de Apoio”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 599-631.

Viegas, José e António Firmino da Costa (orgs.) (1998), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.

Vieira, Maria Manuel (2005), “O lugar do trabalho escolar – entre o trabalho e o lazer?”, *Análise Social*, nº 176, pp. 519-545.

Wall, Karin (1995), *Candidatura do Projecto «Famílias no Portugal Contemporâneo» ao Programa Praxis XXI (Anexo Técnico)*, Lisboa, CIES/ISCTE e ICS (policopiado).

Wall, Karin (1997), “Família, grupo doméstico e modo de residência: como repensar a questão da morfologia”, *Documento de Trabalho do Projecto «FPC»*, Lisboa, ICS (policopiado).

Wall, Karin (1998a), *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.

Wall, Karin (1998b), “Special Report: Children in Portugal”, em John Ditch, Helen Barnes e Jonathan Bradshaw (eds.), *Developments in National Family Policies in 1996*, York, University of York/European Commission, pp. 229-249.

Wall, Karin (coord.) (2000), *Famílias no Portugal Contemporâneo. Relatório Final*, Lisboa, ICS e CIES/ISCTE (policopiado).

Wall, Karin, Sofia Aboim, Vanessa Cunha e Pedro Vasconcelos (2001), “Families and informal support network in Portugal: the reproduction of inequality”, *Journal of European Social Policy*, vol. 11, nº 3, pp.213-233.

Wall, Karin, José São José e Sónia Correia (2002), “Mães sós e cuidados às crianças”, *Análise Social*, nº 163 (nº temático «Famílias»), pp. 631-663.

Wall, Karin (2003), *A Produção da Vida Familiar no Masculino*, projecto apresentado à FCT, Lisboa, ICS (policopiado).

Wall, Karin (org.) (2005a), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.

Wall, Karin (2005b), “Introdução”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 35-49.

Wall, Karin (2005c), “Modos de guarda das crianças”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 499-516.

Wall, Karin (2005d), “Os grupos domésticos de co-residência”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 553-597.

Wall, Karin e Maria das Dores Guerreiro (2005), “A divisão familiar do trabalho”, em Karin Wall (org.), *Famílias em Portugal. Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 303-362.

Wall, Karin (coord.) (2006), *A Vida Familiar no Masculino: Novos Papéis, Novas Identidades – Relatório Final*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais (policopiado).

Wall, Karin (prelo), *Políticas Familiares em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais (publicação prevista para 2007).

Zelizer, Viviana (1985), *Pricing the Priceless Child: the Changing Social Value of Children*, Nova Iorque, Basic Books.